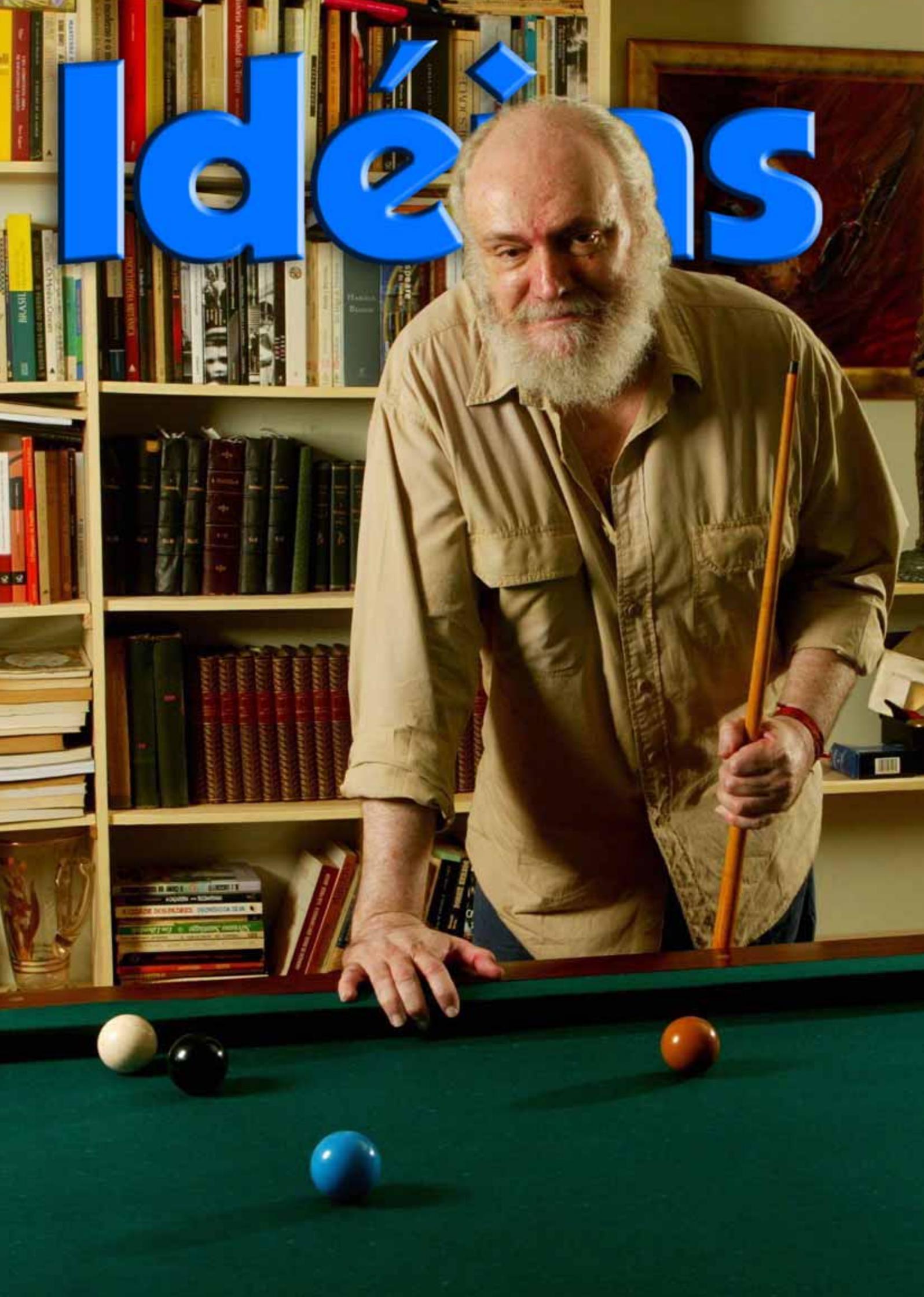


Idéias





Botequim
do Sisejufe

Festa **PLOC**
anos 80
PopRock

Show com as Bandas

Marafos
e M98

27 de abril, 19h
Varandas Gourmet

Rua do Lavradio 74 - Lapa-RJ
☎(21)2508-8070

Convites com:

Roberto (JF Rio Branco)
2510-8748

Márcio Marques
ou Othon (TRF)
2276-8013

Ricardo e Dulavim
(JF Venezuela)
2510-8577

David e Nilton (TRT)
2212-9339

Caros leitores,

Esta décima edição da Idéias em Revista foi concluída com o furacão que levou à prisão 25 suspeitos de lavagem de dinheiro do jogo ilegal, entre eles, pela primeira vez na história, desembargadores federais. É preciso lembrar que pela segunda vez no Governo Lula a Polícia Federal desmonta ramificações do crime organizado no Poder Judiciário – a primeira foi a Operação Anaconda, em São Paulo. Tal rede criminosa alastrou-se com a cumplicidade de advogados, delegados e policiais federais, empresários e envolvimento até de membros do Ministério Público. O Sisejufe-RJ apóia todas as investigações em curso, como a que chega até um ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e espera ver todos os implicados punidos com o rigor da lei, independentemente do cargo que ocupem.

Este é o momento para ampliamos a discussão sobre a democratização e o controle público do Judiciário, não apenas no sentido de viabilizar o acesso à Justiça para

um número maior de cidadãos. Não pode ser considerado democrático, por exemplo, um Judiciário que se coloca como inimigo da Reforma Agrária, devolvendo terras a latifundiários inadimplentes e criminalizando os movimentos sociais. A intervenção recorrente do Judiciário a favor de fazendeiros, por vezes à revelia de processos de assentamento já finalizados, tem sido um dos principais obstáculos. Já são 157 ações de desapropriação suspensas pela Justiça, diz o procurador do Incra. Democratizar o Judiciário é rediscutir as leis e a justiça de suas decisões, é buscar a Justiça acima do Jurídico, é transformá-lo em arma dos oprimidos e despossuídos contra os opressores e exploradores.

Esta edição, conjunta de março e abril em função do 6º Congrejufe, traz um debate candente sobre os biocombustíveis e também um bate-papo exclusivo com Aldir Blanc, um dos maiores autores da Música Popular Brasileira. Arte, política, atualidades e muitas Idéias em Revista. Boa leitura ■



Filiado à FENAJUFE e à CUT

SEDE: Avenida Presidente Vargas 509
11º andar – Centro – Rio de Janeiro-RJ
CEP 20071-003

TEL./FAX: (21) 2215-2443

PORTAL: <http://sisejuferj.org.br>

ENDEREÇO ELETRÔNICO: imprensa@sisejuferj.org.br

DIRETORIA: André Gustavo Souza Silveira da Silva, David Batista Cordeiro da Silva, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, Flávio Braga Prieto da Silva, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, Leonor da Silva Mendonça, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Márcio de Souza Marques, Márcio Hungerbühler, Nilton Alves Pinheiro, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior e Valter Nogueira Alves.

IDÉIAS EM REVISTA

REDAÇÃO

Henri Figueiredo (Mtb 3953/RS)
Max Leone (Mtb 18.091)

PROJETO GRÁFICO e DIAGRAMAÇÃO

Claudio Camillo (Mtb 20.478)

ILUSTRAÇÃO

Latuff

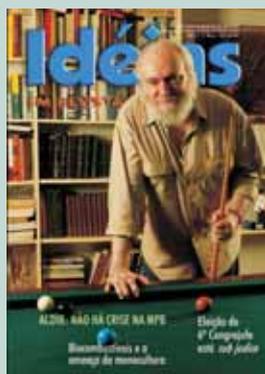
ASSESSORIA POLÍTICA

Márcia Bauer

IMPRESSÃO

PALAVRAS PINTADAS Editora e Gráfica Ltda.
(6.500 exemplares)

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores.



| | | | |
|--|-------|---|-------------|
| Noticias Sindicais/Cartas dos Leitores | 4 | Central: quem são os heróis? | 16 e 17 |
| Noticias Sindicais/Agenda Sisejufe-RJ | 5 | Entrevista: Aldir Blanc | 18, 19 e 20 |
| 6º Congrejufe | 6 e 7 | Teatro: Diálogos de um louço | 21 |
| Desenvolvimento: BNDES em risco | 8 | Internacional: americanos no Paraguai | 22 |
| Crise aérea | 9 | Internacional: Leste Europeu 15 anos depois | 23 |
| Dicas culturais | 10 | Reforma Agrária: juizes dificultam | 24 e 25 |
| O brilho oxigenado de Antônia | 11 | Nossa história: 43 anos do Golpe | 26 |
| Mulheres: o 8 de Março e o 1º de Maio | 12 | Hurricane: desembargadores federais presos | 27 |
| Mídia e feminismo: a revolução pela metade | 13 | Os oficiais de Justiça e a miserabilidade | 28 |
| Energia: há risco nos biocombustíveis | 14 | Humor: Fulgêncio também tem mil gols | 29 |
| Frei Betto: do carnaval ao imenso canavial | 15 | Fausto Wolff: a Cultura doente | 30 |

Sisejufe-RJ reúne servidores com deficiência em 2 de maio

O Sisejufe-RJ, desde o início da atual gestão, busca reunir-se com os servidores portadores de deficiência, de modo a levantar quais são as suas principais dificuldades em seus respectivos locais de trabalho e, a partir de tal coleta, viabilizar com as administrações melhores condições de trabalho.

O Núcleo das Pessoas Portadoras de Deficiência do sindicato já realizou duas reuniões para tratar de tais assuntos com servidores do TRE, Justiça Federal Militar e Justiça Federal ao longo de 2006. O comparecimento, no entanto, foi baixo, em função deste segmento do Judiciário Federal ainda se encontrar desmobilizado.

Por isso, a direção do Sisejufe-RJ tem mapeado em todas as administrações de tribunais quantos, quais e onde estão lotados os servidores portadores de deficiência. A exceção fica por conta da administração do TRT que se recusa a nos fornecer tais informações, alegando ser isto uma inconstitucionalidade.

O Sisejufe esclarece ao RH do TRT Rio de Janeiro que o propósito de tal pedido é a busca de melhores condições de trabalho para os servidores portadores de deficiência, que merecem boas condições de trabalho e plenitude de acessibilidade no cotidiano laboral. Reiteramos aqui nos-

so apelo à administração do TRT para que nos informe a respeito dos servidores portadores de deficiência daquele tribunal. Sugerimos também que os próprios servidores nos procurem a fim de melhor conversarmos sobre tais questões.

O sindicato convoca, todos os servidores portadores de deficiência de todos os tribunais das Justiças Federais no Rio de Janeiro para um novo encontro, no dia 2 de maio de 2007, na sede do Sisejufe-RJ (Presidente Vargas, 509, 11º andar) às 19h. É só com a mobilização constante que poderemos colher conquistas duradouras ■



CARTAS

Vilania e nepotismo

Quero fazer uma referência condenatória ao que chamo de vilanismo em alto nível (de sem-vergonhice) que assola o nosso país, atuando nos mais altos cargos do Poder Público, e também privado, a exemplo do que acontece com a Varig, a Alcalis e outras grandes empresas brasileiras que estão sendo sucateadas. Tal vilanismo é filho do nepotismo secular cujo o ápice foi durante o período da Ditadura Militar, com seus "testas-de-ferro" nos setores administrativo de pessoal e médico-assistencial e que, de forma subserviente e covarde, se dispunham a destruir carreiras funcionais e até mesmo a vida de muita gente séria. Alegro-me, entretanto, saber que estas hostes malignas do nepotismo vêm sendo denunciadas e combatidas, ideologicamente (eles preferem armas) por colegas conscientes e corajosos, através de sindicatos moralmente vivos, a exemplo do nosso Sisejufe e outros que começam a acordar para essa ques-

tão. A minha solidariedade a estes valores é irrestrita e incondicional no que tange a um querer forte e uma postura ética irredutível e de combate.

Roosevelt Arueira

Técnico Judiciário "C" da Justiça Federal- Rio - Aposentado
(5º Lugar no Concurso Público de 1970, por Niterói- RJ)

Contra a PEC 02

Sou de São Paulo e não sou servidora pública; mas sou completamente contra as requisições. Se os TREs precisam de gente, se eles não funcionam sem os requisitados, por que não nomeiam os concursados? Por que não aproveitam as pessoas que passam em concurso? Eu não vejo motivo para estas requisições se há os concursos para preencher estes cargos. Além disso, do ponto de vista jurídico, estas requisições ferem o princípio do concur-

so público preconizado pela própria Constituição Federal no inciso II do art. 37 da CF. Esta lei quer passar por cima deste artigo!

Devemos defender o concurso público que é o meio pelo qual um cidadão pode ingressar no cargo público (com exceção dos cargos em comissão na forma da lei). O sistema deve privilegiar o concurso público. Aqui em São Paulo temos dois concursos já encerrados, que foram feitos o ano passado, com várias pessoas habilitadas a ingressar no TRE, seja como técnico seja como analista, e ainda não foram chamados! No caso de São Paulo, basta nomeá-los!

Eu gostaria de parabenizar o Rio de Janeiro e este sindicato porque estão sendo extremamente engajados nesta campanha a favor dos concursados. E felicitá-los por serem unanimemente contra este projeto ■

Luciane M.D. Farber
São Paulo-SP

Concurso interno para chefias no TRT

Está instituído um concurso interno para cargos e funções chefia na área administrativa do TRT. Fosse o órgão uma instituição privada, tudo estaria bem, mas já que se trata de órgão público, os critérios de escolha devem ser objetivos, como é o concurso público para ingressar no cargo. Deveria portanto haver um gabarito oficial e não há. É sabido que FCs e CJs são cargos de confiança, mas, se os administradores do órgão divulgam uma seleção, espera-se, ao menos, que ela seja transparente. Verifica-se também outra questão: se um setor da área administrativa tinha um chefe e agora não tem mais, o mais sensato não é o concurso interno, mas chamar o substituto para ocupar a função. Há o entendimento de que é necessário um Mandado de Segurança contra a resolução do órgão especial do TRT que colocou em processo de extinção a área administrativa do tribunal. É mais rápida a solução. A administração do TRT não pode mais fazer remoção de servidores sem declarar o motivo ■

AGENDA SISEJUFÉ - abril e maio

Assembléia Geral – 18 de abril, 19h

Local: Auditório do Sisejufe-RJ

Pauta: Avaliação 6º Congrejufe, Democratização do Judiciário e imóvel da Rua Senador Dantas.

Curso de Marxismo – todas as 2ºs 19h

Curso Arte Brasileira – todas as 5ºs 19h

Curso Espanhol – 3ºs e 5ºs 9h30 às 11h

25 de abril às 17h – Panfletagem na Central do Brasil, em preparação ao 1º de maio

27 de abril, das 12 às 14h – Ato contra o modelo econômico no Banco Central (Av. Pres. Vargas) - Preparatório ao 1º de maio

27 de abril – 19h – 5º Botequim do Sisejufe. Festa anos 80. Varandas Gourmet, Rua do Lavradio 74 – Lapa.

1º de Maio – Dia Internacional do(a) Trabalhador(a)

– Ato da CUT e da Coordenação dos Movimentos Sociais na Praça 1º de Maio, em Bangu.

2 de maio – Ato na C&A (Uruguaiana) contra a exploração das trabalhadoras – Marcha Mundial de Mulheres e Coordenação dos Movimentos Sociais.

2 de maio às 19h – Reunião do Núcleo das Pessoas Portadoras de Deficiência (Auditório do Sisejufe-RJ)

22 de maio – Apresentação da peça “Diálogos de um Louco”, com Marcos Barreto. Local: Auditório Sisejufe-RJ às 19h30 – Entrada franca para associados(as).

29 de maio – Reunião do Núcleo dos Aposentados e Pensionistas – Horário: 15h Local: Auditório Sisejufe

29 e 30 de maio – Seminário sobre Plano de Carreira Local: Auditório Sisejufe-RJ – Horário: 19h30

Mini-curso sobre Dialética – Quartas-feiras de duas em duas semanas

Regras são alteradas depois da votação e

A delegação do Rio de Janeiro, legitimamente eleita em assembleia realizada em dezembro de 2006, chegou ao 6º Congrejufe comprometida em pautar o plano de carreira como prioridade da próxima gestão da Fenajufe. De 28 de março a 1º de abril, em Gramado, no Rio Grande do Sul, os representantes do Sisejufe propuseram tornar a luta pela jornada de 6 horas prioridade estratégica da federação, sugeriram que a ação sindical se oriente de modo permanente pela superação das desigualdades de gênero, raça, orientação sexual e das pessoas portadoras de deficiência. Nossa delegação buscou construir uma proposta unificada que contemple o pleno direito de greve, organizações sindicais por local de trabalho, licenças para dirigentes e delegados sindicais, além da ampliação da participação da categoria nas atividades sindicais. Também defende a continuidade da filiação à Central Única dos Trabalhadores (CUT), maior central sindical da América Latina e principal instrumento de defesa dos direitos dos trabalhadores no Brasil.

Infelizmente, essas discussões, que são centrais na vida dos servidores públicos do Judiciário, dividiram espaço com uma disputa golpista por poder dentro da estrutura da Fenajufe, levando o congresso a ser encerrado com a eleição *sub judice*. O Sisejufe lamenta e repudia os acontecimentos que, do início ao fim, enfraqueceram e desvirtuaram o 6º Congresso da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe). Na madrugada de domingo, 1º de abril, depois de já divulgados os resultados da eleição da nova diretoria, o membro da Comissão Eleitoral Marcelo Carlini, ligado à chapa 1, propôs uma “questão de ordem” alegando uma “distorção entre o resultado oficial e a divisão de cargos” na direção.

Defendendo a manutenção da decisão inicial da Comissão Eleitoral e o reconhecimento dos votos obtidos no



A chapa 3 elegeu o diretor do Sisejufe Valter Nogueira Alves para a direção da Fenajufe.

processo de votação, a chapa 3, integrada pela maioria da delegação do Sisejufe, por servidores ligados à CUT Socialista e Democrática e independentes, recorreu à Justiça. Ainda na manhã de domingo foi concedida liminar na ação movida pelos representantes da chapa 3, cujo objetivo é que se cumpra o Regimento Eleitoral da Federação, mantendo-se os cálculos de proporcionalidade qualitativa definidos antes da eleição pelo plenário ■



três diretores para a Federação

eleição do 6º Congrejufe está *sub judice*



Oposição sindical nega fatos e inventa versão que lhe convém sobre o Congresso

Por duas vezes grupos ligados à Conlutas tentaram inviabilizar a representação do Rio de Janeiro no Congresso da Fenajufe. A primeira delas aconteceu logo depois da assembleia que elegeu a delegação, em 7 de dezembro. A assembleia foi amplamente divulgada e ultrapassou o quórum estabelecido pela Federação. Foram apresentadas duas chapas, a Ética e transparência, lideradas pela direção do Sisejufe e a chapa dois, encabeçada pela oposição.

Conforme a proporcionalidade estatutária da Fenajufe, a primeira chapa obteve 83% dos votos e elegeu, assim, 33 delegados. A oposição obteve 17% dos votos e elegeu 6 delegados.

Inconformados com a vitória da diretoria do sindicato, a oposição passou a questionar, primeiro o Sisejufe e depois à Fenajufe, a quan-

tidade de participantes da assembleia no momento da votação. O quórum, em qualquer assembleia do movimento sindical ou político, é verificado através das assinaturas na lista de presença. Assim rege o estatuto da Fenajufe. Apesar disso, a oposição pleiteou a nulidade da assembleia, tentando retirar o direito dos servidores eleitos em representar a categoria no Congresso. Passado o Congrejufe, os responsáveis por essa atitude anti-democrática e obscura negam por meio de boletim impresso que tinham a intenção de impugnar a delegação fluminense. De posse de toda a documentação que comprova tais acontecimentos e diante da repentina amnésia da oposição, a direção do Sisejufe sente-se no dever de restabelecer a verdade. Contra fatos não há argumentos ■

Majoritários da Fenajufe e Conlutas unem-se contra o Rio

Já no início do Congrejufe, servidores do Rio de Janeiro ligados à Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) e à chapa Luta Fenajufe tentaram impugnar, por intermédio de um recurso apresentado à Comissão de Credenciamento, o conjunto da delegação fluminense. É preciso lembrar que, na assembleia geral em dezembro, esse grupo foi fragorosamente derrotado (83% a 17%). A comissão acatou o recurso, ainda que parcialmente, e com isso feriu o estatuto da Fenajufe. Para enfraquecer as discussões propostas por nossos delegados, setores do campo majoritário da Fenajufe se aliaram com esse

grupo da Conlutas para reduzir a nossa delegação, que foi democraticamente eleita e é comprometida com a construção da federação e com o fortalecimento do campo da CUT. Tal fato gerou uma onda de repúdio durante o Congrejufe e o Sisejufe obteve apoio e solidariedade de delegados de todo o país.

Mais um golpe, porém, aconteceria no dia 31 de março. A antecipação para sábado da eleição inicialmente marcada para domingo, dia 1º de abril, já era parte do levante. Inseguros se iriam ou não obter a maioria absoluta da direção, os integrantes do campo majoritário da Fenajufe cri-

aram a possibilidade de reverter a vontade expressa nas urnas na plenária de encerramento, na última sessão do Congresso. A chapa 1 "Unidade para Avançar" entrou com um recurso na comissão eleitoral tentando mudar as regras do processo. Temos que frisar que dos cinco integrantes da comissão eleitoral, três eram ligados à chapa 1. Sem unanimidade na comissão, a decisão foi levada à última sessão plenária que violou o regimento eleitoral, aprovado dias antes, quebrando o princípio básico de qualquer eleição: a segurança jurídica ■

BNDES na mira dos neoliberais

Altamiro Borges*

Avolumam-se as especulações em Brasília de que a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), estratégica instituição de fomento ao desenvolvimento nacional, poderá retornar às mãos dos banqueiros. O novo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, ex-diretor do conservador jornal O Estado de S.Paulo, ex-presidente da Autolatina (consórcio da Volks e da Ford), que patrocinou a demissão de milhares de metalúrgicos nos anos 80, e, atualmente, homem forte do setor financeiro, indicou ao presidente Lula o nome do ex-diretor do banco espanhol Santander, Gustavo Adolfo Funcia Murgel, para presidir o BNDES em substituição ao economista Demian Fiocca.

Não dá para ficar quieto frente a este perigo. Os movimentos sociais e os parlamentares progressistas precisam pôr a boca no trombone.

O jogo é pesado e reflete os conflitos no interior do governo Lula entre os chamados desenvolvimentistas e os neoliberais. Segundo revela o jornal Valor Econômico, a manutenção do atual presidente é defendida pelo ministro Guido Mantega e pelo corpo técnico da instituição; já a indicação do agente do Santander é uma imposição de Miguel Jorge, que condicionou sua entrada no governo à retomada do comando direto do BNDES. Gustavo Murgel teria o perfil exigido pelos banqueiros para redirecionar o banco estatal. Ele é conhecido no mundo financeiro como o super-executivo que ajudou na operação de venda do Banespa, privatizado pelo governo tucano em São Paulo, para o Santander, em 2000. Durante sua permanência na multinacional espanhola, Murgel foi alvo de dois processos na Comissão de Valores Imobiliários (CVM).

Caso sua nomeação seja confirmada, representará duro golpe na trajetória recente do BNDES. Durante o triste reinado de FHC, a instituição ficou sob comando de

agentes do capital financeiro – como Francisco Gros, do Morgan Stanley – e adotou uma linha de banco de investimentos, apoiando as privatizações das estatais e priorizando empréstimos às grandes corporações empresariais. Carlos Lessa, indicada por Lula no primeiro mandato, inverteu essa lógica e deu um caráter mais público ao banco, como instituição de fomento ao desenvolvimento nacional. Alvo de violentos ataques dos neoliberais, ele foi exonerado, mas o seu substituto, o economista Demian Fiocca, manteve a mesma linha desenvolvimentista.

Agora, os poderosos representantes da ditadura do capital financeiro partem para a revanche. Diante deste iminente risco, é urgente erguer a voz e aumentar a pressão. O patriota Carlos Lessa já saiu na frente. Para ele, a indicação de Murgel para a direção do BNDES seria um baita retrocesso. “Tive todo um trabalho para retomar as origens do BNDES como banco de fomento”, lamenta. Não dá para ficar quieto frente a este perigo. Os movimentos sociais e os parlamentares progressistas precisam por a boca no trombone. Além do Banco Central, que hoje está sob controle dos banqueiros e que faz questão de empacar o PAC, o setor financeiro quer agora abocanhar os volumosos recursos do BNDES. É demais da conta!

*Jornalista, autor do livro “As encruzilhadas do sindicalismo” (Editora Anita Garibaldi, 2ª edição).

Controladores são os caminhoneiros de Allende



Paulo Henrique Amorim*

Uma greve nacional da Associação dos Donos de Caminhões financiada pela CIA ajudou a derrubar o presidente Salvador Allende, do Chile, em 1973. O objetivo do “paro” dos caminhoneiros era exatamente o dos controladores: desorganizar a produção. Chave da operação dos caminhoneiros chilenos era derrubar os Ministros da Defesa, Carlos Prats e Orlando Leteleier, com o que se acabava por desmoralizar o Presidente da República.

No Chile de Allende, havia um mínimo de pluralidade na imprensa – uma parte da imprensa apoiava o presidente eleito pelo povo. Aqui, os controladores de voo já há algum tempo aplicam a chantagem de “parar” o país. Aqui, os controladores de vôos contam com o apoio de 90% da imprensa escrita e uma parte da imprensa de televisão. E têm o mesmo objetivo dos colegas chilenos: derrubar o Presidente da República.

A reivindicação dos controladores de vôos não é uma questão sindical ou militar – é política e tem como alvo a estabilidade das instituições democráticas. O objetivo, aqui, também, é desestabilizar o Ministro da Defesa, Waldir Pires, que já conta com uma resistência razoável das Forças Armadas, que não se esquecem que ele serviu ao Presidente João Goulart.

A outra parte da operação consiste em provocar a queda do Presidente da República pela mão da imprensa e de uma CPI que, agora, contou com a ajuda providencial de um Ministro do Supremo Tribunal Federal. No Chile, como aqui, o “paro” dos controladores tem a função de jogar a classe média contra o Governo. Quem anda de avião é a classe média.

O “paro” dos nossos caminhoneiros se deu imediatamente depois que

o Presidente da República decolou para se encontrar com o Presidente Bush. É obvio que a intenção é esvaziar e constranger o Presidente da República. Para isso, de novo, os caminhoneiros contarão com o apoio da imprensa, que saberá explorar o “apagão aéreo”, como forma de embaraçar o Presidente da República num momento em que trata de importantes negociações com o Presidente da nação mais poderosa do mundo.

Em 1981, o presidente Ronald Reagan enfrentou uma greve de controladores de vôo com a demissão de 11 mil de 13 mil controladores grevistas. Aqui, o governo trabalhista já foi longe demais na tentativa de negociar com os controladores. Os controladores demonstraram que têm um poder de chantagem ilimitado. Só o uso da lei resolverá o problema.

A hora de negociar passou. Os nossos caminhoneiros estão na ilegalidade e no golpe ■

*Jornalista



■ UMA PÁGINA

<http://www.dominiopublico.gov.br>



O “Portal Domínio Público” foi lançado em novembro de 2004 com uma ampla biblioteca virtual com um conteúdo que vai de Dante Alighieri e William Shakespeare a Machado de Assis e Saramago. Obras de Platão, Kant ou Rousseau podem ser encontradas na íntegra. O portal também dá acesso a sons, imagens e vídeos já em domínio público ou que tenham a

sua divulgação devidamente autorizada. Uma das intenções do portal é induzir a discussão sobre as legislações relacionadas aos direitos autorais – de modo que a “preservação de certos direitos incentive outros usos” – e haja uma adequação aos novos paradigmas de mudança tecnológica, da produção e do uso de conhecimentos. O Ministério da Educação anunciou recentemente que, por falta de acessos, pode retirar o portal da rede (veja artigo de Fausto Wolff, na página 30). A curiosidade e o interesse de quem tem sede de conhecimento pode evitar esse retrocesso.

■ UM FILME



A vida é um sopro Documentário de Fabiano Maciel sobre a vida e a obra do maior dos arquitetos modernos brasileiros, Oscar Niemeyer. O arquiteto conta de maneira descontraída como foram concebidos seus principais projetos, entre eles Brasília, a sede do Partido Comunista Francês e da Editora

Mondadori, em Milão. Fala também de política, de amigos, das mulheres e do Brasil. Faz ainda uma apaixonada defesa da invenção e da criatividade, o que o arquiteto considera vital nesses tempos em que o Brasil resolveu copiar Miami. Filmado em seis cidades do Brasil, além da França, Itália, Argélia e Estados Unidos, o filme conta também com inéditas e raríssimas imagens de arquivo. Há depoimentos, entre outros, de José Saramago, Eric Hobsbawn, Eduardo Galeano, Nelson Pereira dos Santos, Ferreira Gullar, Mario Soares, Carlos Heitor Cony e Chico Buarque. Nos cinemas.

■ UM LIVRO

História das lutas dos trabalhadores no Brasil

Em 312 páginas, o autor Vito Giannotti traça um pano-



rama de toda a história da classe trabalhadora brasileira, desde suas origens, no começo da industrialização do país, cerca de 100 anos após a revolução industrial na Europa, até o ano de 2002, com a eleição de Lula. Brasileiro nascido na Itália, Giannotti, 64 anos, trocou a Faculdade de Filosofia pelo ofício de trabalhador

braçal – nos anos 60 fixou-se no Brasil trabalhando como metalúrgico, em São Paulo. Numa sociedade em que a grande mídia, com raras exceções, volta-se inteiramente para a defesa do mercado e do capital, ele entende que o trabalhador precisa criar a sua própria comunicação, para disputar hegemonia. “Os trabalhadores que querem mudar o mundo e a sociedade na qual vivem precisam conhecer sua história” – diz Vito.

Mauad Editores (www.mauad.com.br – (21) 3479.7422) e Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC) - www.piratininga.org.br (21) 2220.5618

■ UM DISCO

Fina Batucada



Fina Batucada é CD de estréia do Galocantô, safra de músicos surgidos na Lapa ao final da década de 90. Das 18 composições do trabalho, 11 são de autoria de integrantes do grupo. Edson Cor-

tes, Léo Costinha, Lula Matos, Pedro Arêas e Rodrigo Carvalho (todos estes voz e percussão), Marcelo Correia (violão de 7) e Pablo Amaral (cavaco e voz). O CD tem participações de Beth Carvalho (na faixa “Elo da corrente”), Arlindo Cruz (banjo e voz em “Pra lá de legal”/ “Para você voltar”), Rildo Hora (gaita em “Sempre marcou”), Velha Guarda do Império Serrano (na faixa “Apesar do Tempo”) e Diogo Nogueira, cantando composição inédita de Wilson das Neves e Luiz Carlos da Vila. Fazendo parte desta turma seleta, músicos como Nicolas Krassik (violino), Dirceu Leite (sopros) e Roberto Marques (trombone) também dão brilho especial a esta Fina Batucada.

O brilho oxigenado de Antônia



Flávio Prieto*

Antônia brilha... e lá vêm quatro jovens mulheres da periferia paulista, num filme de Tata Amaral, buscando fama através da música e da imagem. Embora sejam meninas da periferia urbana de São Paulo, algumas vindas de outras regiões ainda mais pobres, elas tentam imitar cantoras americanas, cantando *Killing me softly* com todos os trejeitos e meneios das que se auto-intitulam as "divas" da música popular mundial.

Não deixa de ter apelo emocional ver quatro adolescentes da periferia de um país já periférico, tentando a vida através da arte. Não deixa de ser legal

você ver alguém assumir uma opção de vida pela arte, ou mesmo como algo paralelo, como um passatempo criativo. O que ofusca o "brilho" de Antônia (que, no mais, embora use gente da periferia no elenco, é uma história de ficção), o que deixa a gente cabreiro é o culto a uma identidade que não é a nossa, a identidade das "divas" periféricas de lá (mas que são vendidas como modelo para o mundo inteiro). É colocar como pura, natural e verdadeira a opção por uma cultura hegemônica. É trocar a sua cultura, a sua identidade, pela do país que lhe impõe a sua hegemonia via rádio, televisão, revistas e mercado fonográfico, entre outras mídias. Impõe, na base da grana, da coação eco-

nômica: só toca o que eles querem, só se distribuem os produtos que eles lançam (caso gritante do cinema, por exemplo, no qual 90% de todos os filmes em exibição, a qualquer momento, são de fora). Tente fazer sua arte ser divulgada na grande mídia brasileira e verá que é impossível, sem muita grana. É um negócio.

E aí, lá vem Antônia, com seu brilho esmaecido, uma imitação da arte já fosca da potência hegemônica que nos impõe seus conceitos culturais como rap, soul, hip-hop, tornando-nos consumidores e imitadores da identidade deles. E aceitamos?

*Diretor do Sisejuferj-RJ

Dias de luta para vencer preconceitos

O 8 de Março tem um significado de luta, não de festa. É um momento em que a gente consegue ser ouvida, se mostrar. As mulheres dos movimentos sociais tentam fazer isso durante o ano inteiro, mas é esse o dia em que as ações convergem. É mais do que uma lembrança, é um dia de luta, de resistência, em que as mulheres incorporam a luta dentro delas. Temos que olhar pra frente, levantar a esperança feminina a partir de um objetivo. O que passou, passou e temos que ter esperança de melhorar a vida daqui em diante. Talvez a mulher do campo viva um ambiente um pouco mais complexo para se sobressair, por ser mais masculino. Mas é forte a luta, junto ao Incra, para que os títulos da terra saiam cada vez mais no nome de mulheres. No 1º de Maio devemos lembrar que a mulher do campo está buscando com heroísmo conciliar o trabalho na roça e a sobrevivência no acampamento e no assentamento com a luta histórica para vencer os preconceitos. As mulheres agricultoras têm o pé no chão, desejo de se fixar e melhorar o ambiente onde vivem.

Célia de Jesus
Coordenadora do Setor de Gênero
Direção Estadual do MST

Ainda há um longo caminho na busca de igualdade

No dia 8 de Março procuramos dar mais visibilidade às lutas do movimento das mulheres, contra o machismo, contra todos os tipos de discriminação e opressão. Mostrar para a sociedade o quanto as mulheres são excluídas. Daí, podemos traçar um paralelo com o 1º de Maio, pelo fato de as mulheres trabalhadoras exercerem funções semelhantes às dos homens, mas com remunerações mais baixas. Precisamos questionar por que as mulheres têm de ganhar menos do que os homens. E lembrar que até hoje o trabalho doméstico não é considerado produtivo. Ainda temos um longo caminho a percorrer para conseguirmos ocupar o mesmo espaço de importância na sociedade.

Amanda Mendonça
Coordenadora do DCE da UFRJ



Datas para reforçar a crítica ao machismo e ao capitalismo

O 8 de março – Dia Internacional das Mulheres – é a data principal da luta feminista. Nos últimos anos, graças às mobilizações crescentes das mulheres esse dia vem se tornando referência para o conjunto dos movimentos sociais. Vamos às ruas questionar a combinação do machismo e do capitalismo, que mantém a exploração das mulheres a partir do nosso trabalho e do controle de nossos corpos e nossas vidas. Nossa posição é de crítica à sociedade que se organiza a partir do mercado, transformando parte importante de nossas vidas em mercadorias. Somos mulheres e não mercadoria. Este ano, Bush veio ao Brasil justamente no 8 de março. Não podíamos nos calar. No Rio, nossa tradicional passeata foi até a frente do Consulado norte-americano, fizemos um minuto de silêncio e cantamos o Canto das Três Raças, simbolizando todo o nosso repúdio ao imperialismo, a guerra e a militarização. A discussão de gênero não pode ser deixada de lado no 1º de Maio. As mulheres ainda têm os piores salários no mercado de trabalho. Temos de resgatar o 1º de Maio para aprofundarmos essa discussão.

Marisa S. Mello
Militante da Marcha Mundial das
Mulheres do Rio de Janeiro

Revolução vencida pela metade

Ligia Martins de Almeida*

Quem acredita que o feminismo foi um movimento vitorioso do século passado, que ajudou as mulheres a conquistar seu lugar no mundo, que virou história e não tem mais razão de ser, deveria dar uma olhada nos jornais da semana.

Duas notícias fazem pensar no assunto e concluir que, se do ponto de vista institucional – pelo menos em boa parte do mundo – as mulheres já têm seus direitos assegurados, quando se trata de mídia e religião a situação continua ruim.

A primeira comprovação vem com o relato da homilia da Sexta-Feira Santa feita em Roma pelo padre Raniero Cantalamessa, que falou em nome do papa. Os jornais reproduziram a fala oficial:

“O Vaticano quer a era das mulheres: uma era de coração, de compaixão. A experiência cotidiana demonstra que as mulheres podem contribuir para salvar nossa sociedade de alguns males inveterados que a ameaçam, como a violência, o desejo de poder, a aridez espiritual e o desprezo pela vida.”

Convivência ou preguiça

A pegadinha – que os editores de jornais não se preocuparam em discutir – é como as mulheres poderão desempenhar esse papel tão importante, na opinião da Igreja Católica:

“As mulheres não podem se precipitar e devem parar de agir como homens para conquistar espaço na soci-

idade e se abster de tentar apagar as diferenças entre os sexos.”

Segundo o padre Cantalamessa, “as discípulas seguiram Jesus não porque buscavam poder ou tinham expectativa de fazer carreira, mas por acreditarem nele”. Então os seguidores homens estariam somente em busca de poder ou carreira, e não por fé?

O feminismo não é coisa do século passado. Entre outras coisas, falta mudar a visão que a imprensa tem – ou pelo menos divulga – das mulheres.

Na opinião do Vaticano, basta ter paciência, deixar as coisas como estão e se limitar ao papel que a igreja considera adequado para que as mulheres eventualmente herdem o reino dos céus. Aquelas que precisam trabalhar ou que sonham em fazer uma carreira talvez até tenham permissão para isso, desde que continuem agindo como mulheres, isto é, que aceitem as regras do jogo e não fiquem disputando o lugar que – pela ordem natural e divina das coisas – pertence aos homens.

A igreja católica continua tentando manter as mulheres em segundo plano. Até aí nada de novo. O surpreendente é a mídia ser conivente – ou

preguiçosa – e deixar passar a oportunidade de discutir o assunto, questionando a mensagem contida no discurso oficial da Sexta-Feira Santa.

A visão da imprensa

O preconceito da mídia é tratado pela própria mídia no artigo “O ataque dos machistas radicais”, da jornalista inglesa Polly Toynbee, publicado pelo Estado de S. Paulo no domingo (8/4). No artigo, a jornalista mostra a cobertura dos jornais ingleses na libertação dos marinheiros britânicos presos no Irã, mostrando o tratamento dado à única mulher do grupo: “Ela estava predestinada a concentrar todos os preconceitos contraditórios em relação às mulheres que trabalham, mulheres na guerra e religiões opressivas que são contra as mulheres.”

O pior de tudo, diz Polly Toynbee, é que os jornais usam mulheres para fazer esse trabalho. Ela cita como exemplo o texto do London Daily Mail (feito por uma mulher) que critica a marinheira britânica por deixar a filha em casa e ir para a guerra “em nome do que chamamos igualdade, mas que, na verdade, é uma crença equivocada de que os homens e mulheres são iguais”.

A conclusão do artigo – “a revolução feminina, até agora, só foi vencida pela metade” – mostra que o feminismo não é coisa do século passado. Entre outras coisas, falta mudar a visão que a imprensa tem – ou pelo menos divulga – das mulheres ■

*Observatório da Imprensa

Biocombustíveis não são a salvação do mundo

A discussão em torno da produção de energia “limpa” e renovável não é nova. Ganhou caráter de urgência, principalmente após a divulgação, no início de fevereiro, do relatório sobre o aquecimento global. A mundo parece que percebeu que precisa mudar a matriz energética, adotando alternativas de produção de energia. Segundo estudos, a temperatura na Terra poderá subir em até quatro graus neste século, devido ao aumento da concentração de dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera, provocado por combustíveis fósseis. A matriz energética mundial tem participação hoje total de 80% de fontes de carbono fóssil, sendo 36% de petróleo, 23% de carvão e 21% de gás natural.

Assim, um nome tem ganhado destaque: biocombustível. A produção de energia para o uso no transporte, a partir de cana-de-açúcar ou de sementes oleaginosas, como a soja, aparece como a salvação da lavoura. E o herói da vez é o Brasil, com cerca de 200 milhões de hectares de área agricultável.

O principal argumento é que eles são fontes renováveis de energia. É um debate para o qual, no entanto, há pouco espaço e poucas vozes.

– Mas a lógica de fundo não é abandonar o petróleo nem mudar os padrões de consumo que produzem o aquecimento global, mas aproveitar a conjuntura para criar novas fontes de negócios, promovendo e subsidi-

ando a produção industrial de cultivos para estes fins – afirma Silvia Ribeiro, pesquisadora do Grupo ETC, lembrando que todas as empresas que produzem sementes transgênicas, como Syngenta, Monsanto, Dupont, Dow, Bayer e Basf, possuem investimentos na produção de biocombustíveis, como o etanol e o biodiesel.

O interesse de países ricos e de grandes multinacionais em torno do tema leva analistas e movimentos sociais camponeses a enxergarem com relutância a entrada de países em desenvolvimento na produção de biocombustíveis. Os impactos ambientais gerados com o aumento das monoculturas, a exploração sobre camponeses e trabalhadores rurais e a ameaça à produção de alimentos estão no rol de preocupações. No Brasil, a aposta do agronegócio é na cana-de-açúcar e na soja – transgênicas, é claro. Mas um estudo do Gabinete Belga de Assuntos Científicos mostra que o biodiesel, por exemplo, provoca mais problemas de saúde e no meio ambiente por ter uma contaminação pulverizada, destruindo a camada de ozônio.

– O programa do biodiesel está sendo entregue para um grupo de empresas privadas que querem comprar grão do agricultor, sem nenhuma agregação de valor nas comunidades rurais. E estão estimulando as monoculturas de novo - critica Frei Sérgio Gorgen, dirigente da Via Campesina no Brasil, entidade que agrega movimentos sociais de todo

o mundo, como o MST e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

As vedetes do governo brasileiro são a soja, vista como mais uma tábua de salvação para os grandes produtores de sementes transgênicas, e a mamona, que teoricamente beneficiaria a agricultura familiar. Em relação ao etanol, o Brasil vai priorizar mais uma vez a produção de cana-de-açúcar. A estimativa é que a produção aumente em 50% em relação às atuais 460 toneladas de cana, de acordo com a União da Agroindústria Canaveieira de São Paulo (Unica).

Especialistas afirmam que a Amazônia brasileira tem o maior potencial do mundo para plantação de azeite de palma, com uma área de 70 milhões de hectares. Sem embargo, esse produto e conhecido como o diesel do desmatamento, que causou a devastação de grandes extensões em bosques na Colômbia, Equador, Indonésia e Malásia, o maior produtor mundial e com 87% da vegetação devastada.

O Brasil pode estar cumprindo a missão de legitimar a política externa do governo norte-americano para o setor. Na visita ao país, em fevereiro deste ano, o subsecretário de Estado, Nicholas Burns, afirmou que “as pesquisas e o desenvolvimento dos biocombustíveis podem ser um ato simbólico de uma associação nova e mais forte entre Brasil e EUA”. Os dois países controlam 70% da produção de etanol de todo o mundo ■

Do carnaval ao imenso canavial

foto: SEBASTIÃO SALGADO

Frei Betto*

O Brasil é o país do carnaval. Aqui não se vive sem os cinco efes: fé, festa, feijão, farinha e futebol. Toda essa alegria está ameaçada de se transformar numa grande tristeza nacional caso o governo federal não tome, o quanto antes, severas medidas para impedir que o país se torne um imenso canavial em mãos estrangeiras.

Estamos de volta aos ciclos de monocultura que, nos livros didáticos de minha infância, marcavam os períodos da história nacional: pau-brasil; cana-de-açúcar; ouro; borracha; café etc. Esta a razão da recente visita de Bush ao Brasil, temos a matéria-prima e a tecnologia alternativas ao petróleo, energia fóssil prestes a se esgotar. Hoje, 80% das reservas petrolíferas se encontram no conflitivo Oriente Médio. Construir usinas nucleares é dispendioso e arriscado, alvos potenciais de terroristas. A solução mais segura, barata e ecologicamente correta é a cana-de-açúcar e os óleos vegetais. Petróleo era um bom negócio quando o barril custava US\$ 2. Hoje não custa menos de US\$ 50. E não dá duas safras. Cana e mandioca, além de abastecer veículos e indústrias, dão quantas safras se plantar. Basta dispor da terra adequada e disto que, ao contrário dos EUA, há nos trópicos em abundância: água e sol.

De olho nessa fonte alternativa de energia, Bush veio ver para crer. O etanol extraído de nossa cana tem a metade do custo do produzido pelo milho made in USA; 1/3 do preço do etanol europeu obtido da beterraba; e é, hoje, 30% inferior ao preço da gasolina, além de não poluir a atmosfera nem se esgotar.

Então o Brasil se tornará um país rico? Sim, se o governo agir com firmeza e detiver a ganância das multinacionais. Bill Gates e sua Ethanol Pacific já estão de olho nas terras de Goiás e do Mato Grosso. Japoneses, franceses, holandeses e ingleses querem investir em usinas de álcool. Se o Planalto não tomar a defesa da soberania nacional, o imenso canavial Brasil estará produzindo com-



bustível para os países industrializados que, na defesa de seus interesses, cuidarão da segurança de seus negócios aqui, ou seja, regressaremos ao estágio colonialista de República, não das Bananas, mas da Cana. E as próximas gerações correrão o risco de experimentar na carne o que hoje sofrem os iraquianos.

Assim como Monteiro Lobato, na década de 1940, clamou pela defesa do petróleo brasileiro, dando origem à Petrobras, é hora de se exigir a criação da Biocombrás, a Companhia Brasileira de Biocombustíveis. Caso contrário, teremos nosso território agrícola retalhado pelo latifúndio associado às empresas multinacionais; a cana imperando no Sudeste; a soja e as pastagens desmatando ainda mais a Amazônia e provocando graves desequilíbrios ambientais. E é ilusão imaginar que a tecnologia de exploração da biomassa vegetal absorverá mão-de-obra. O desemprego e o subemprego (bóias-frias) serão proporcionais ao número de pés de cana plantados.

Bush não veio aqui preocupado com a miséria em que vivem milhões de brasileiros, sobretudo os migrantes expulsos do campo e amontoados nas favelas em torno das grandes cidades. Nem interessado na pequena propriedade rural e na agricultura familiar. Veio soprar nos ouvidos do presi-

dente Lula para o Brasil dar as costas à Venezuela petrolífera de Chávez e erguer seu copo de garapa orgulhoso de sua energia vegetal, feliz porque vão chover álcooldólares na lavoura nacional. O Brasil entra com a terra, a água e o sol, e um pouco de mão-de-obra barata, eles colhem, exportam e vendem o produto via Monsanto, Cargill e congêneres, aplicando os lucros lá fora. Ficam com o verde da cana e dos dólares e, nós, com o amarelo da fome, como descrevia Carolina Maria de Jesus em Quarto de despejo.

O mínimo que se espera do presidente Lula é que siga o exemplo de Chávez e defenda os interesses nacionais. A empresa venezuelana equivalente à nossa Petrobras era a sócia minoritária na exploração do petróleo do país vizinho. Agora Chávez reverteu a equação: a partir de 1º de maio a Venezuela fica com 60% das cotas e as empresas estrangeiras com 40%.

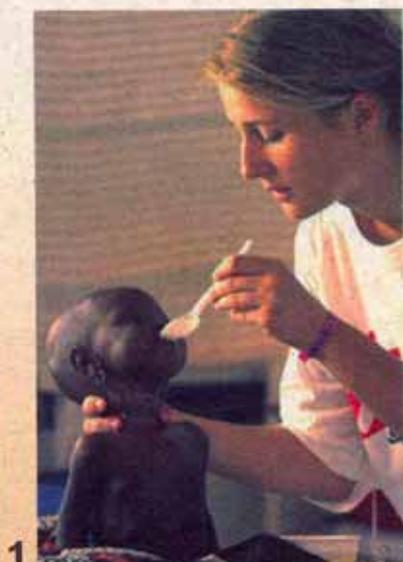
Foi o clamor popular que, no passado, obrigou o governo a ouvir que "o petróleo é nosso". É hora de clamar pelo etanol e impedir que o imenso canavial Brasil multiplique o trabalho escravo, aumente o número de bóias-frias e devaste o que nos resta de florestas e reservas indígenas ■

*Escritor, autor de "Típicos Tipos" (A Girafa), entre outros livros.



HERÓIS... QUEM?

“E agora, va
participantes
com um prog
heroísmo. Ma



1

Poderíamos definir como heroína a Dra. Vanessa Remy-Piccolo, pediatra francesa de 28 anos. Nesta foto, ela serve na África como voluntária do programa Médicos sem Fronteiras (MSF). Relatou atendimentos a crianças com um ano de idade que pesavam em torno de 3,6 quilos – correspondentes ao peso de um recém-nascido.



2

Herói é aquele que é solidário, que partilha (Indonésia (2)); como o cirurgião Martial Lednum num hospital do sul do Líbano. Herói é quem amenizá-lo, como os voluntários no Paquistão.

HERÓIS



Podemos chamar de heroína a biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, paraplégica em decorrência das agressões perpetradas por seu ex-marido. Por 20 anos, ela lutou para ver seu agressor condenado e tornou-se um símbolo da luta contra a violência doméstica. Em 1983, seu então marido, o professor universitário Marco Antônio Heredia Viveros, tentou matá-la duas vezes.

Na primeira, deu-lhe um tiro enquanto estava dormindo, deixando-a paraplégica. Na segunda, tentou eletrocutá-la quando estava no banho. Na ocasião, Maria da Penha tinha 38 anos e três filhas entre dois e seis anos de idade.

Depois dessa tragédia pessoal, Maria da Penha empenhou-se em combater a impunidade e hoje coordena estudos, pesquisas e publicações da Associação de Parentes e Vítimas de Violência (APAVV) de seu Estado, o Ceará. Em 22 de novembro de 2006 entrou em vigor a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) que aumentou de um para três anos a pena em casos de violência doméstica contra a mulher e possibilita que o agressor seja preso em flagrante. Com isso, as vítimas passam a ter mais confiança para denunciar seus algozes, o que a torna lei um marco transformador da realidade que cerca a violência doméstica contra a mulher.



...mos falar com os nossos heróis..." Esta tem sido a saudação (infeliz) usada por Pedro Bial ao se dirigir aos participantes do programa Big Brother Brasil. Quando um profissional que já foi um dos mais brilhantes repórteres do país vibra com o programa como o BBB, é sinal de que algo está lamentavelmente errado. Nos dicionários existem melhores definições de heróis aproximadas da ação de cidadãos como os mostrados abaixo, espalhados pelo mundo.



3

...dons e bens, como a voluntária do MSF na República do Congo (3) que atendeu em meio a bombardeios e se enxerga o sofrimento alheio e se prontifica a ajudar (4) e na Etiópia (5).



4



5

HERÓIS



Podemos também definir como heróis, muitos outros cidadãos que falam a nossa língua. Embora estejam pertinho da "casa mais vigiada do Brasil" não são as "celebridades" instantâneas do BBB. Um exemplo é a psicóloga Andréa, que nesta foto faz um atendimento voluntário.



Talvez fosse mais adequado definir como heroína a médica Renata, que dentro do projeto Meio-fio do MSF, visitou aqueles que nem aos precários serviços de saúde têm acesso, como este morador de rua, no Largo da Carioca, no Rio de Janeiro.

É preciso acreditar que um outro mundo é possível. E que pequenos gestos produzem mudanças significativas. Ao invés de ligar para programas como o BBB, contribua com alguma instituição que realmente precisa de ajuda.

Médicos Sem Fronteiras
<http://msf.org.br>

Grupo Cultural AfroReggae
<http://afroreggae.org.br>

Geledés Instituto da Mulher Negra
<http://geledes.org.br>

Cemina – Comunicação, Educação, Informação em Gênero
<http://cemina.org.br>



Esta página é uma adaptação de apresentação de slides postada por Mateus Peregrino em 18 de março de 2007 em <http://www.jornaldedebates.ig.com.br>. Fotos extraídas do site: <http://www.msf.org.br>

Aldir Blanc: "Mesmo sofrendo"



Roberto Ponciano

Compositor, letrista, poeta, cronista, Aldir Blanc é a pura verve da alma carioca. Sarcástico, irônico, sutil, um escritor como poucos, comprometido com as transformações sociais e a defesa da cultura popular. Idéias em Revista traz uma entrevista exclusiva com este gênio que está no time dos maiores compositores da MPB de todos os tempos. Ele não poupa críticas ao lixo apresentado diariamente pelas rádios e TVs e ao jabá que come solto no meio musical. Fala do reencontro com o amigo e parceiro João Bosco, da retomada do carnaval de rua do Rio e da desigualdade social no país.

Diretor do SISEJUFE-RJ

IDÉIAS EM REVISTA – No século passado, Rosa Luxemburgo bradava - Socialismo ou Barbárie. Com os Big Brother Brasil, a música de péssima qualidade, a "cultura de massa" e a pobreza desenfreada e a violência desregrada, será que já chegamos à barbárie?

ALDIR BLANC – Quanto à barbárie social, é claro que sim. Aí estão os sem-terra, sem-teto, sem-nada, morando debaixo dos viadutos. A desigualdade social gera crianças em pedaços, vítimas incineradas, empreiteiras incompetentes abrem crateras em metrô, inundações provocadas por firmas que já deveriam ter cerrado as portas provocam milhares de desabrigados. Tudo isso acontece porque a Justiça só funciona para os ricos.

IDÉIAS EM REVISTA – Como você vê este culto do sucesso pelo sucesso? Esta geração de celebridade em que se cria uma efemeridade a cada instante?

ALDIR BLANC – Vejo como a idiotice que é. Ainda por cima esse estímulo à pura e simples vadiagem induz os jovens a achar que a vida artística é moleza, etc. Cito meu próprio exemplo: com mais de 400 músi-

"Um sociólogo chamou a falecida Clara Nunes de 'branca' em tom pejorativo. Deviam ter metido a Lei Afonso Arinos em cima dele".

cas gravadas, e vários sucessos, vivo de trabalhos para jornais, livros, etc., ou não completaria o orçamento mensal.

IDÉIAS EM REVISTA – É duro ver tanta porcaria fazendo sucesso e tanta gente boa de fora do grande circuito? É a banalização da imbecilidade?

ALDIR BLANC – Muito. O Trio Calafrio deveria vender milhões de cópias, assim como Ratinho, um compositor maravilhoso. Walter Alfaiate é um cantor único. No entanto, seus CDs praticamente não têm venda nem execução pública. É vergonhoso.

IDÉIAS EM REVISTA – Como se faz para se manter a coerência e a dignidade quando a mídia atua como uma espécie de Mephistóteles, premiando aqueles que dizem sim ao sistema?

ALDIR BLANC - Bom, eu sempre tive, desde menino, tendência a ser do contra e julgo, sim, que devo, através das letras, crônicas, livros, etc, falar pelos que não têm voz.

IDÉIAS EM REVISTA – Há uma crise de criação na MPB ou é a mídia que teima em não ver os novos talen-

do, nossa cultura sobreviverá”

tos? Por exemplo, a nova geração de músicos da Lapa, o samba do trabalhador, entre outros...

ALDIR BLANC – *Não há crise alguma. Há uma preguiça e produtores fracos que foram músicos roqueiros frustrados. Há também a lei que obriga a tocar música brasileira e que não é cumprida. Tudo isso gera um círculo vicioso.*

IDÉIAS EM REVISTA – Você já fez música dizendo que se o peão não chiar, o boi-bumbá vai virar vaca. Como você vê a “pasteurização” e a midiaticização da cultura popular. Isto pode acabar com as manifestações autênticas da cultura brasileira?

ALDIR BLANC – *Creio que, mesmo com muito sofrimento, nossa cultura sobreviverá. Ela é riquíssima, abrange várias geografias. Recentemente, ouvi uma pajé da Ilha de Marajó, Dona Zeneida Lima, cantar suas próprias composições e fiquei tonto com a beleza de tudo aquilo. Volto a parafrasear o grande Nelson Sargento na questão cultural: “Agoniza, mas, não morre...”.*

IDÉIAS EM REVISTA – E o carnaval de hoje? O que você acha quando as escolas, cada vez mais parecendo a Disneylândia, e menos com samba? Cada vez mais celebridade e menos respeito à raiz. Veja, por exemplo, a coisa ficou tão louca que a Mangueira celebra Preta Gil e agride Beth Carvalho...

ALDIR BLANC – *Bom, para criar caso logo de saída, bem ao meu feitio, Beth Carvalho foi vítima do que chamo de “senzala branca”. O outro lado da moeda racista. Uma vez, numa respeitada revista política, um sociólogo chamou a falecida Clara Nunes de “branca” em tom pejorativo. Deviam ter metido a Lei Afonso Arinos em*



IDÉIAS EM REVISTA – Seu último CD teve muito pouca divulgação. Está difícil divulgar trabalhos de qualidade?
ALDIR BLANC – *As rádios não tocam e o jabá come solto. As lojas não aceitam o produto porque as rádios não tocam e assim gira o carrossel da morte, um prejuízo trazendo outro num ciclo sem fim.*



“As rádios não tocam e o jabá come solto. As lojas não aceitam o CD porque as rádios não tocam. Assim gira o carrossel da morte”

IDÉIAS EM REVISTA – Gostaríamos que você falasse de três grandes parceiros seus e da amizade com eles: Guinga, Moacyr Luz e Paulo César Pinheiro...

ALDIR BLANC – *O Guinga é um violonista e compositor genial, já comparado por críticos internacionais aos melhores do mundo e um dos sujeitos mais divertidos que conheço. Moacyr, a meu ver também vítima da “senzala branca”, é um batalhador incansável, cria rodas como o Samba do Trabalhador, às segundas no Renascença e sextas no Clube Santa Luzia. Paulinho Pinheiro é simplesmente o letrista que me fez abandonar medicina e entrar de cabeça em música. Já está acima do Bem e do Mal.*

IDÉIAS EM REVISTA – O abada, dos trios elétricos, é uma forma de apartheid no carnaval?

ALDIR BLANC – *Acho que não. Carnaval é bagunça e vale tudo. Mas a recente reportagem, em uma revista dominical sobre o Rio-Gay, sugere que discriminação é uma ampla avenida de mão dupla.*

IDÉIAS EM REVISTA – O que você acha da Bunda Music (Axé, sambola mauricinho, breganejo)?

ALDIR BLANC – *A coisa é mais complica-*

da do que parece à primeira vista. Há excelentes músicos metidos, por necessidade de sobrevivência, nessas mutretas. Há também grandes cantoras no axé, como Daniela Mercury. Quem a ouve cantar outros gêneros fica assombrado. Agora, reconheço que, de maneira geral, o que nos é apresentado nas rádios e tevê está muito perto do lixo.

IDÉIAS EM REVISTA – O carnaval de rua do Rio está renascendo, junto com a retomada do samba de raiz?

ALDIR BLANC – *Com toda força. O bloco aqui da rua saiu onde moro, pela primeira vez, com umas 200 pessoas, hoje tem mais de mil. Há blocos como o Simpatia é Quase Amor e o Monobloco arrastando quase cem mil pessoas e a cada ano surgem novas delícias como o “A Perereca da Vizinha”, “Que Merda é Essa” e outros.*

IDÉIAS EM REVISTA – E como foi esta retomada da parceria e da amizade com o João Bosco?

ALDIR BLANC – *Aconteceu naturalmente. Nos encontramos num show dos irmãos Caruso e, comovidos pela morte de um amigo – irmão comum, o Marco Aurélio, nos abraçamos espontaneamente e fomos tomar um chope. Hoje, já temos várias músicas inéditas, planos para o futuro, e etc. O João tem a maior capacidade de concentração no trabalho que*

eu vi em toda a minha vida profissional. É capaz de sentar numa cadeira com o violão às 9 da noite e ir até às 6 da manhã, só parando para um cafezinho.

IDÉIAS EM REVISTA – É verdade que a Elis, quando cantava, refazia a música? Muita saudade da pimentinha?

ALDIR BLANC – *Saudade é muito pouco pra definir o que sinto por Elis Regina. Não, ela não “refazia” a música, ela entendia, corretamente, que era preciso unir três elementos: a interpretação da música, a interpretação da letra e a união das duas, pela coerência do arranjo no clima da música e da letra, coisa que César Camargo Mariano fazia magistralmente. Observem, por exemplo, “Dois pra lá, dois pra cá”, “O Mestre – Sala dos Mares”, a subestimada “O Caçador de Esmeralda”, minhas e do João Bosco, etc.*

IDÉIAS EM REVISTA – Por último, você tem esperança de mudança?

Considera que este momento da América Latina pode apontar para um caminho de contra-hegemonia contra o Império lanque?

ALDIR BLANC – *Não sei. Tenho 60 anos. Já estudei e testemunhei traições suficientes do Império e olha que em épocas anteriores, eles não tinham um psicopata oligóide no poder, como Bush* ■



Os diálogos de um louco

Paulo Bauler*



José Joaquim Campos Leão Qorpo-Santo, ou, simplesmente, QORPO-SANTO, na grafia que ele mesmo adotou, de acordo com sua proposta de revisão ortográfica da língua portuguesa, nasceu na Vila do Triunfo, no Rio Grande do Sul, tendo escrito toda a sua obra – Teatro, Poesia, Crônicas e Ensaios sobre os mais variados temas, desde simples questões do cotidiano aos aspectos mais variados do Direito, do Jornalismo, da Teologia – num período de seis meses, no ano de 1864, escritos que reuniu no que chamou de Ensiqlopedia, ou Seis Meses de Uma Enfermidade. Os estudiosos apontam-no como o precursor do Teatro do Absurdo, do Movimento Futurista, do Dadaísmo e do Surrealismo. Seus contemporâneos o internaram como louco, interditar-lhe os bens, e o enviaram ao Rio de Janeiro para internação e tratamento psiquiátrico.

Esse espetáculo – Diálogos de um louco – busca trazer à tona a pessoa do visionário, seus personagens, seus temas, seus delírios. Pois aqui o que menos importa é saber se a obra de Qorpo-Santo merece ou não merece os galardões literários que muitos lhe concedem, outros ignoram. O que importa é mergulhar na alma de um homem que largou a fortuna para dedicar-se integralmente às suas inspirações, ou revelações, como ele mesmo classificava, e que – somente por isso – pagou alto preço, material, psicológico e espiritual. E que jamais arredou pé das suas criações e convicções, tanto que dizia, ao final da sua obra para o Teatro, que só seria compreendido dali a cem anos. Escrita em 1864, a primeira encenação de uma peça teatral sua deu-se em 1964,

exatamente cem anos depois. Pois Qorpo-Santo foi um precursor na abordagem de temas que ainda hoje geram polêmicas: da defesa do direito de divórcio ao fim do celibato dos padres, da possibilidade genética de duas mulheres procriarem ao casamento homossexual. E até onde se sabe, Qorpo-Santo é o autor da primeira peça teatral (A Separação de Dois Esposos), na dramaturgia brasileira, com temática explicitamente homossexual. Outro de seus absurdos, mais uma de suas loucuras. Numa Porto Alegre de cerca de 13.000 habitantes, com uma elite econômica, política e intelectual – à qual Qorpo-Santo pertencia – obviamente reduzidíssima.

Afinado com a pós-modernidade, Qorpo-Santo não defendia ideologias, e é espantoso como em toda a sua obra não se registra nem o ranço regionalista, nem o partidarismo político, especialmente tendo em vista que a produziu entre duas revoluções de grande importância: a Farroupilha e a Federalista. É que as guerras eram em si mais absurdas que o mais absurdo dos seus escritos. E fruto de poderes e hipocrisias que ele tanto combatia ■

Ecce homo! Eis o homem, respeitável público! Um qorpo-santo!

*Poeta, escritor e autor da peça paulo.bauler@oi.com.br



Foto: SÉRGIO BRENNER

A peça “Diálogos de um Louco” estreia em 4 de maio, às 20h, no Espaço Sesc Copacabana (Domingos Ferreira, 160). O monólogo, encenado pelo ator e diretor Marcos Barreto (foto), terá uma sessão especial no auditório do Sisejufe (Presidente Vargas, 509, 11º andar) no dia 22 de maio, às 19h30, com entrada franca para sindicalizados.

EUA plantam base militar no Paraguai

Benjamin Dangl*

O exército dos EUA realiza operações secretas no Paraguai e constrói uma nova base ali. Grupos de Direitos Humanos e analistas militares na região acreditam que vai dar confusão. A embaixada dos EUA no Paraguai nega que a base exista. De acordo com um artigo no jornal boliviano El Deber, uma base norte-americana seria implantada em Mariscal Estigarribia, no Paraguai, a 200 quilômetros da fronteira com a Bolívia. A base permitirá a aterrissagem de aviões de grande porte e é capaz de alojar até 16 mil soldados.

Com as recentes rebeliões na Bolívia, suas enormes reservas de gás, e uma eleição presidencial a caminho, essa atividade questionável pode abrir caminho para uma intervenção americana. Em 26 de maio de 2005, o Senado paraguaio aprovou a entrada das tropas, conferindo-lhes imunidade. Aos EUA têm pressionado países como o Peru, o Equador, a Venezuela e o Paraguai para que assinem um acordo que garantiria imunidade também nesses territórios aos militares americanos. Bush ameaçou negar ajuda econômica e militar. O Paraguai foi o único a aceitar a oferta. O Pentágono usou essa mesma retórica quando descrevia suas ações em Manta, no Equador, agora sede de uma base militar americana.

Se a história serve de lição, os paraguaios estão certos em se preocupar. Servicio Paz y Justicia, um gru-



A base norte-americana pode centralizar a perseguição às populações árabes da Tríplice Fronteira.

po de direitos humanos do país, advertiram que os termos do tratado firmado entre os EUA e o Paraguai são "muito perigosos para nós, principalmente, se levarmos em consideração que foram soldados dos EUA que ensinaram tortura e outras formas de violações dos direitos humanos em cursos na Escola das Américas através da Doutrina de Segurança Nacional".

Se a nova base dos EUA existir de

fato, sua localização faz sentido. Irá deixar as tropas americanas a uma tranqüila distância de ataque das províncias bolivianas de Santa Cruz e Tarija, que abrigam a segunda maior reserva de gás da América do Sul.

O interesse dos EUA no Paraguai também faz sentido por outras razões; há muito tempo correm rumores de que a fronteira entre o Paraguai, Argentina e Brasil é um "campo de treinamento terrorista islâmico". De acordo com Jeffrey Goldberg, da revista New Yorker, o Hamas e a al Qaida estariam associados aos terroristas da região ■

*Trabalhou como jornalista na Bolívia e no Paraguai. É editor de www.upsidedownworld.org

Europa Oriental: 15 anos depois, a dura realidade



Marc Vandepitte*



A instauração do capitalismo significou um retrocesso para os países da Europa Oriental, tanto no plano econômico quanto no social. Um relatório das ONU declara: "A mudança de uma economia planificada para uma economia de mercado foi acompanhada de grandes mudanças na divisão da riqueza nacional e no bem-estar social. As estatísticas mostram que são as modificações mais rápidas jamais registradas".

Entre 1990 e 2002, o Produto Interno Bruto (PIB) por habitante dos países da Europa Oriental diminuiu em 10%, enquanto em países de nível comparável o aumento, no mesmo período, foi de 27%. Isso representa uma perda efetiva de quase 40%. Essa regressão vale

para todos os países, salvo Polônia e Eslovênia.

Hoje, o PIB per capita dos antigos países comunistas da Europa Central e da Oriental é 25% menor que o da América Latina. Para as repúblicas da ex-União Soviética a situação é mais dramática. Nos anos 1990 o PIB caiu em 33%.

A grande potência industrial que era a Rússia se converteu em um país do Terceiro Mundo. O seu PIB (para 144 milhões de habitantes) é mais baixo que o dos Países Baixos (com 16 milhões de habitantes). A União Soviética retrocedeu economicamente em uns 100 anos. Na Revolução Socialista, em 1917, o PIB per capita era de 10% em relação ao dos americanos. Em 1989, alcançava 43% do índice dos americanos. Hoje, o PIB per capita russo é menor de 7%.

Cerca de 150 milhões de habitan-

tes da ex-União Soviética desapareceram dentro da pobreza no começo dos anos 1990. Hoje vivem com menos de US\$ 4 por dia. Segundo a Unicef, um em cada três crianças dos antigos países do Leste Europeu vive hoje na miséria. Um milhão e meio vivem em orfanatos. Mulheres que procuraram desesperadamente por trabalho e por uma vida melhor foram empurradas para a prostituição.

Desde a instauração do capitalismo, a Europa Oriental parece cada vez mais formada por países do Terceiro Mundo. Na Rússia, uma criança em cada sete sofre de desnutrição crônica. Pela primeira vez em 50 anos, o analfabetismo reapareceu ■

*Escrito autor de livros em holandês sobre Cuba, Iraque e a antiglobalização.

Juízes retardam programa

Verena Glass*



Desde a divulgação, no final de janeiro, dos números da reforma agrária dos últimos quatro anos – 381,4 mil famílias assentadas, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) -, voltaram a zunir farpas entre governo e movimentos sociais, como MST e Contag, por conta de desacordos sobre os critérios utilizados para mensurar o resultado. Enquanto um lado comemorou publicamente a aproximação da meta do Plano Nacional de Reforma Agrária, fixada em 400 mil famílias assentadas entre 2003 e 2006, o outro desconsidera, nesta conta, operações como reassentamentos ou regularização fundiária.

À espera da divulgação do detalhamento da contabilidade do MDA para rebater os números oficiais, para os movimentos sociais fato é que a reforma agrária tem caminhado num ritmo lento demais para fazer jus às perspectivas de mudança deste processo, prometidas pelo governo em 2003.

Muitos analistas da reforma agrária debitam na conta do ritmo lento dificuldades operacionais do Incra e o claro favorecimento do governo ao grande agronegócio (leia matéria Programa precisa mais de pacote político que de dinheiro), mas no cerne da questão – e esta é uma avaliação compartilhada pelos movimentos, Incra, procuradores e até

promotores do Ministério Público, entre outros – está também – ou principalmente – a atuação predominantemente desfavorável à reforma agrária por parte do Judiciário.

Do alto de sua atribuição de assegurar o Estado Democrático de Direito, os direitos fundamentais do homem e as garantias constitucionais do país, o Poder Judiciário tem optado, nas ações que tangem a questão agrária, pelo viés do Direito enquanto instrumento de conservação e manutenção das estruturas sociais existentes, em detrimento do conceito de Direito enquanto instrumento de promoção das transformações sociais que visem a construção de uma sociedade livre, justa, fraterna e solidária, avalia Valdez Farias, procurador-geral do Incra.

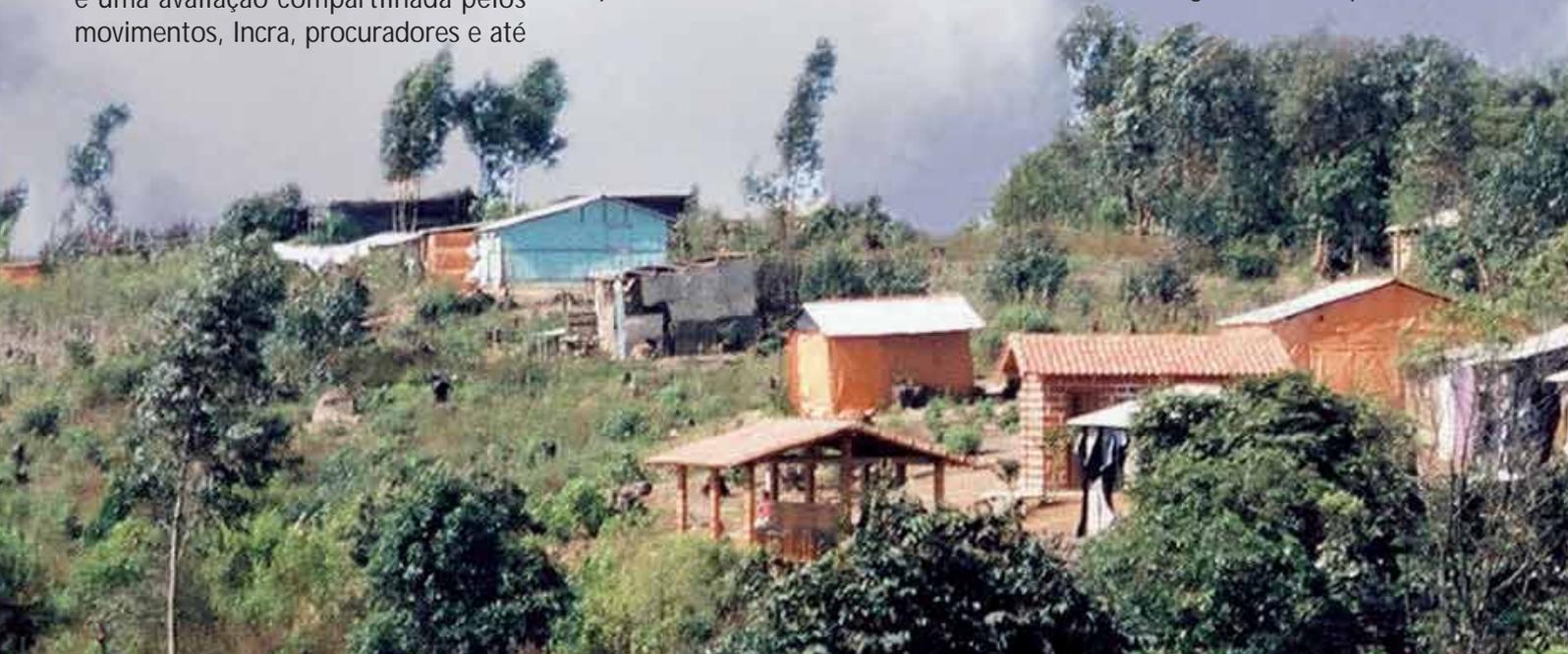
Neste sentido, aponta Farias, um dado paradigmático é a suspensão pela Justiça, nos últimos anos, de 157 ações de desapropriação encaminhadas pelo Incra. Se tivesse podido finalizar estes processos, explica Farias, o órgão teria assentado cerca de 15 mil famílias.

Ainda de acordo com o procurador, em ações de retomada de áreas públicas griladas, que no Norte do país chegam a sete milhões de hectares, o Incra teve grande parte dos 349 pedidos de liminares negados, com vários casos de retirada, por ordem do Tribunal Regional Federal, de trabalhadores rurais de terras da União em benefício de grandes empresas e fazendeiros.

Lado – Um dos casos mais emblemáticos de parcialidade explícita da Justiça, segundo o MST, é o processo que envolve os engenhos da Usina Estreliana, no município de Gameleira, Zona da Mata de Pernambuco. Com a falência decretada em 1998 por conta de uma dívida de cerca de R\$ 707 milhões, meses depois os donos da Esteliana foram reempossados pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco. Nos anos seguintes, explica Jaime Amorim, membro da coordenação nacional do MST, a usina repetiu o procedimento de falência e retomada da propriedade por diversas vezes, acumulando dívidas nunca pagas com trabalhadores e fornecedores, e utilizando-se, com aval legal, do artifício de mudança da razão social para acessar as políticas públicas de crédito agrícola.

Composta, segundo Amorim, de mais de 25 engenhos (fazendas independentes ligadas à empresa), desde meados da década de 1990 a Estreliana passou a ter várias áreas reivindicadas para fins de reforma agrária, e hoje abriga seis assentamentos.

Desde a última semana, porém, o destino de 106 famílias assentadas em 1996 por decreto presidencial nos engenhos São Gregório, Alegrinho I e Alegrinho II está nas mãos do Supremo Tribunal Federal (STF). Nas próximas semanas, o órgão deve decidir um processo no qual o Tribunal Regional Federal da 5ª Região deferiu, por maioria,



ma de Reforma Agrária

uma apelação dos usineiros pela anulação do assentamento.

Apesar do recurso do Incra, para quem “o ato expropriatório já foi consumado, não havendo mais possibilidade de se devolver o respectivo imóvel à Usina”, sendo que a expulsão dos assentados significaria grave “lesão à ordem, à segurança e à economia pública, consubstanciada no fato de que 106 famílias vivem no local há mais de 10 anos”, os advogados do MST estão apreensivos. Principalmente porque, em uma apelação recente da usina contra outro assentamento – Pereira Grande, criado por decreto presidencial em março de 2006 –, o STF, contrariando sua própria decisão anterior, deu ganho de causa aos antigos proprietários. Em abril do ano passado, cerca de 40 dias após receberem do oficial de justiça a posse definitiva da área, 50 famílias foram despejadas pela Polícia Militar e tiveram suas roças destruídas. Hoje, aguardam julgamento da apelação do Incra em um acampamento nas proximidades, sobrevivendo de cestas básicas do governo.

“Quero dizer que não acredito mais na Justiça quando o STF garante uma emissão de posse, eu coloco os

trabalhadores na área, e poucos dias depois esta decisão é revogada e tenho que tirar as famílias de suas terras debaixo de chicote”, desabafa a superintendente do incra em Pernambuco, Maria de Oliveira.

Desde o início do ano, vários decretos presidências de desapropriação já foram suspensos pelo STF. Acatando ações impetradas pelos antigos proprietários, os ministros Joaquim Barbosa e Ellen Gracie invalidaram o processo de reforma agrária nas fazendas Marobá, Singapura e Tabatinga, em Almenara (MG), e na Fazenda Antas, em Sapé, na Paraíba.

Conservadorismo – Para o juiz de Direito do Rio de Janeiro Rubens Casara, participante de um seminário sobre obstáculos e desafios aos operadores do direito no tema reforma agrária e direitos territoriais, promovido em Recife no final da semana passada pela ONG Terra de Direitos, o MST e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o conservadorismo do Poder Judiciário e a “origem aristocrática” da ampla maioria dos magistrados ainda é, no Brasil, o principal instrumento da manutenção da estrutura social, econô-

mica e política estabelecida.

“O valor preponderante do Judiciário é a autoridade, e é ele que assegura o poder vertical da propriedade. Assim, a decisão judicial se impõe não porque é justa, mas pelo instrumento coercitivo do Estado”, explica Casara a relação mais ampla do posicionamento conservador da Justiça sobre a questão fundiária com a repressão aos movimentos sociais do campo.

Neste sentido, avalia Edson Guerra, promotor do Ministério Público Estadual de Pernambuco, acabam amplamente desconsiderados não apenas os aspectos sociais dos processos de luta pela terra, como também elementos legais essenciais, como a obrigatoriedade de investigação do cumprimento da função social da terra, prevista na Constituição.

“O Direito que temos resolve a questão agrária, é só aplicar o Estatuto da Terra e a Constituição. O problema é que os magistrados não têm capacitação na área dos direitos humanos. Sem capacitação, não há sensibilidade”, conclui Guerra ■

*Agência Carta Maior



Jango, o presidente execrado pela elite

Mário Augusto Jakobskind*

O presidente João Goulart, também conhecido como Jango, foi derrubado por um golpe civil-militar que levou o Brasil a uma ditadura de 21 anos.

Até hoje, a mídia conservadora e os políticos golpistas ainda em cena tentam de todas as formas colocar Jango no rol dos presidentes incompetentes.



De que adianta “reabilitar” Jango como democrata e responsabilizar a esquerda por sua derrubada? Isso não é fazer exatamente o jogo da direita?

Jango, que governou o país durante um ano, dois meses e 15 dias (janeiro de 63 a 1 de abril de 64) sob regime presidencialista e outros 15 meses (de outubro de 61 a janeiro de 63) sob parlamentarismo, é até hoje execrado pela elite, a mesma elite que ocupou o poder durante 21 anos de ditadura e posteriormente se manteve no poder sob outra forma.

Agora, mais de 30 anos depois de sua morte, o Presidente deposto em 64 está sendo analisado em um trabalho intitulado “João Goulart – Entre a memória e a história”, coordenado pela professora-doutora Marieta de Moraes Ferreira, pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História do Brasil da Fundação Getú-

lio Vargas. O livro consiste em uma série de oito artigos analíticos sobre a figura de Jango, que vai desde a época em que ele foi nomeado Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, até a Frente Ampla, que reuniu expoentes do mundo político como

Juscelino Kubitschek, Carlos Lacerda, o próprio Jango, Renato Archer, Doutel de Andrade e Edmundo Moniz, entre outros, que tentaram acabar com a ditadura em 1968.

Em um recente seminário promovido pelo Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, Almino Afonso, Ministro do Trabalho no governo Jango, recordou fatos relevantes, como, por exemplo, que nos anos 50 o então golpista-mór,

Carlos Lacerda, também conhecido como o “corvo da rua do Lavrado”, havia preparado um decálogo dos golpistas, editado na Tribuna da Imprensa. O primeiro ponto do manifesto era o da supressão da Petrobrás, pois a direita, também conhecida como entreguista, nunca perdoou o fato de a empresa estatal petrolífera existir. Na ocasião, os entreguistas não conseguiram lavar o intento, pois não tiveram força política. Somente anos mais tarde, sob a gestão de Fernando Henrique Cardoso, a direita conseguiu algumas conquistas, chegando até a participação de acionistas de Wall Street nas ações da empresa (hoje 49% e mais cerca de 17% de acionistas testas-de-ferro).

Pois bem, no referido seminário, alguns dos analistas da era Jango tentaram demonstrar a seguinte tese ou pelo menos induziram os que participavam da atividade a pensar que o maior culpado da derrubada do presidente foi a “radicalização da esquerda”, sendo o principal artífice dessa radicalização o então deputado Leonel Brizola. Ou seja, repetiram a tese sustentada pela direita que interrompeu o processo democrático no Brasil a partir de 64.

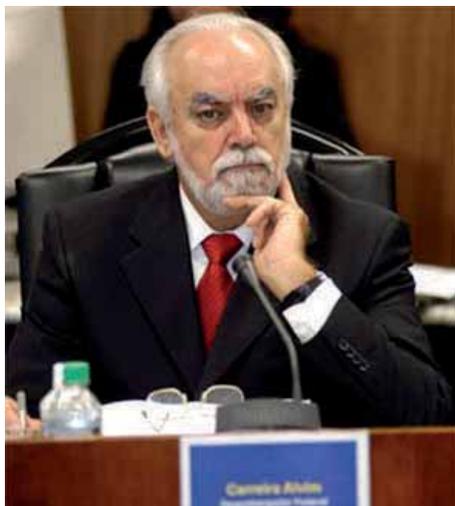
De que adianta “reabilitar” Jango como democrata e responsabilizar a esquerda por sua derrubada? Isso não é fazer exatamente o jogo da direita? Com a palavra a academia e os pesquisadores para explicar a oportunidade histórica perdida depois da renúncia de Jânio Quadros ■

* Jornalista

Polícia Federal prende ex-vice-presidente do TRF do Rio e mira em ministro do STJ

A Polícia Federal (PF), com um contingente de 300 homens, realizou na manhã de sexta-feira, 13 de abril, a "Operação Hurricane" (Furacão, em inglês), para deter envolvidos na lavagem de dinheiro por meio de controladores de jogos como bingos e caça-níqueis. Entre os presos, o desembargador José Eduardo Carreira Alvim, que até o dia 12 foi vice-presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (RJ e ES). Também foi detido o desembargador Ricardo Regueira, do TRF do Rio, e o juiz Ernesto da Luz Pinto Dória, do Tribunal Regional do Trabalho de Campinas (SP). Além dos magistrados, acusados de envolvimento e conexões com o esquema criminoso, foram presos o advogado Virgílio de Oliveira Medina, irmão do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Paulo Medina – "citado" em inquérito que corre em segredo de justiça no STF.

Também foram detidos os conhecidos contraventores Anísio Abraão David, presidente de honra da Escola de Samba Beija-Flor de Nilópolis, Capitão Guimarães, presidente da Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro, e Antônio Petrus Kalil, o Turcão, apontado pela polícia como um dos mais influentes bicheiros do Rio. Abraão David e Capitão Guimarães são formalmente chamados de "ex-contraventores". Além do Rio de Janeiro, a operação se estende por São Paulo, Bahia e Distrito Federal. Entre os detidos, estão o chefe da PF em Niterói Carlos Pereira da Silva, e os delegados federais Luiz Paulo Dias de Mattos e Susie Pinheiro de Matos. No total foram 25 presos na ação, incluindo empresários, advogados, policiais federais e civis e um integrante do Ministério Público Federal.



Pela segunda vez no Governo Lula a Polícia Federal desmonta ramificações do crime organizado dentro do Judiciário. A primeira operação foi a Anaconda, em São Paulo. Dessa vez, um dos presos foi o desembargador Carreira Alvim (foto)

Depois de levados para a PF, os presos foram encaminhados para Brasília. Das três centenas de policiais que participam da Operação Hurricane, boa parte deles foi trazida do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná. Além dos 25 mandados de prisão, foram expedidos 70 mandados de busca e apreensão. A PF apreendeu grande quantidade de dinheiro e uma frota de carros de luxo.

DESEMBARGADOR – José Eduardo Carreira Alvim já atuou como professor em diversas instituições de ensino do Direito e como diretor-ge-

ral da Escola de Magistratura Federal – Emarf. Ele é bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Como jurista, Alvim integrou a Comissão de Reforma do Código de Processo Civil. Ele é coordenador do Curso de Mestrado em Direito da Universidade Iguazu - UNIG e Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sendo também o coordenador acadêmico do Instituto de Pesquisa e Estudos Jurídicos - IPEJ-RJ. O desembargador é membro permanente do Instituto Brasileiro de Direito Processual – IBDP. É autor de diversos livros, como "Comentário à Lei dos Juizados Especiais Federais", lançado em parceria com sua filha Luciana Gontijo Carreira Alvim.

Durante o processo eleitoral novos dirigentes do Tribunal Federal Regional da 2.ª região, do qual foi vice-presidente até o dia 12 de abril, Alvim - com 14 anos de tribunal - bateu boca com concorrentes na eleição. Ele disse ter sido vítima de escuta ambiental e grampos telefônicos. Em junho de 2006, o desembargador determinou a liberação de 900 máquinas caça-níqueis recolhidas de casas de bingos em Niterói. Um pedido de liminar para o mesmo caso já tinha sido negado pelo relator, desembargador Sérgio Feltrin. Mas a decisão de Alvim acabou suspensa pelo presidente do Tribunal, Frederico Gueiros. Esta é a primeira vez na História do Brasil em que, não por crimes comuns, mas sim por acusação de envolvimento com o crime organizado, são presos desembargadores federais ■

Da redação, com informações de Bob Fernandes, Terra Magazine, O Globo e Jornal do Brasil.

A importância de verificar *in loco* as condições de miserabilidade



João Bosco Camelo*

O art. 203 da CF assegura Assistência Social, independentemente de contribuição, a quem dela necessitar. Em seu inciso V garante ao idoso ou ao portador de deficiência um salário mínimo, desde que comprove não possuir meios de prover sua própria subsistência ou de tê-la provida por sua família.

A Lei 8742/93 previu em seu art. 20 os requisitos para a concessão do benefício de prestação continuada previsto no dispositivo constitucional. Garante um salário-mínimo mensal ao idoso e às pessoas portadoras de deficiência que, em ambos os casos, comprovem não possuir meios de prover seu próprio sustento e nem de tê-lo provido pela família. Pelo § 3º desse artigo a renda mensal per capita deverá ser inferior a ¼ de salário mínimo. Tal requisito foi declarado constitucional pelo STF na ADI nº 1232/DF.

Ocorre que a jurisprudência vem admitindo, inclusive decisões monocráticas do STF, que é possível ao magistrado reconhecer outros meios de prova idôneos e moralmente legítimos demonstradores da hipossuficiência do

Apesar de o requerente viver em condições precárias, muitas vezes tem o benefício negado pelo INSS.

requerente do benefício, ou seja, pode-se conjugar o critério de ¼ do salário mínimo com outros elementos que indiquem a condição de miserabilidade, sem violar o art. 203 da CF. Afinal, uma interpretação sistemática da legislação superveniente (a qual não foi objeto da ADI 1232), permite inferir a flexibilização do critério de aferição de miserabilidade em outros benefícios assistenciais como o Bolsa Família e o Programa Nacional de Acesso à Alimentação.

Os juízes entendendo que o critério do art. 20, § 3º, da Lei 8742/93 não é exaustivo e visando levantar provas do estado de miserabilidade do requerente do benefício têm como opção determinar que, por meio de mandado de verificação, o Oficial de Justiça circunstancie as condições de vida do requerente.

O Oficial de Justiça trará resposta a vários quesitos previamente determinados pelo magistrado, a fim de formar sua convicção quanto à miserabilidade do requerente. Os mandados costumam determinar a averiguação das condições da residência do requerente, número de indivíduos de sua família, a renda familiar, se faz uso contínuo de medicamentos, o estado dos móveis de sua residência, dentre outros.

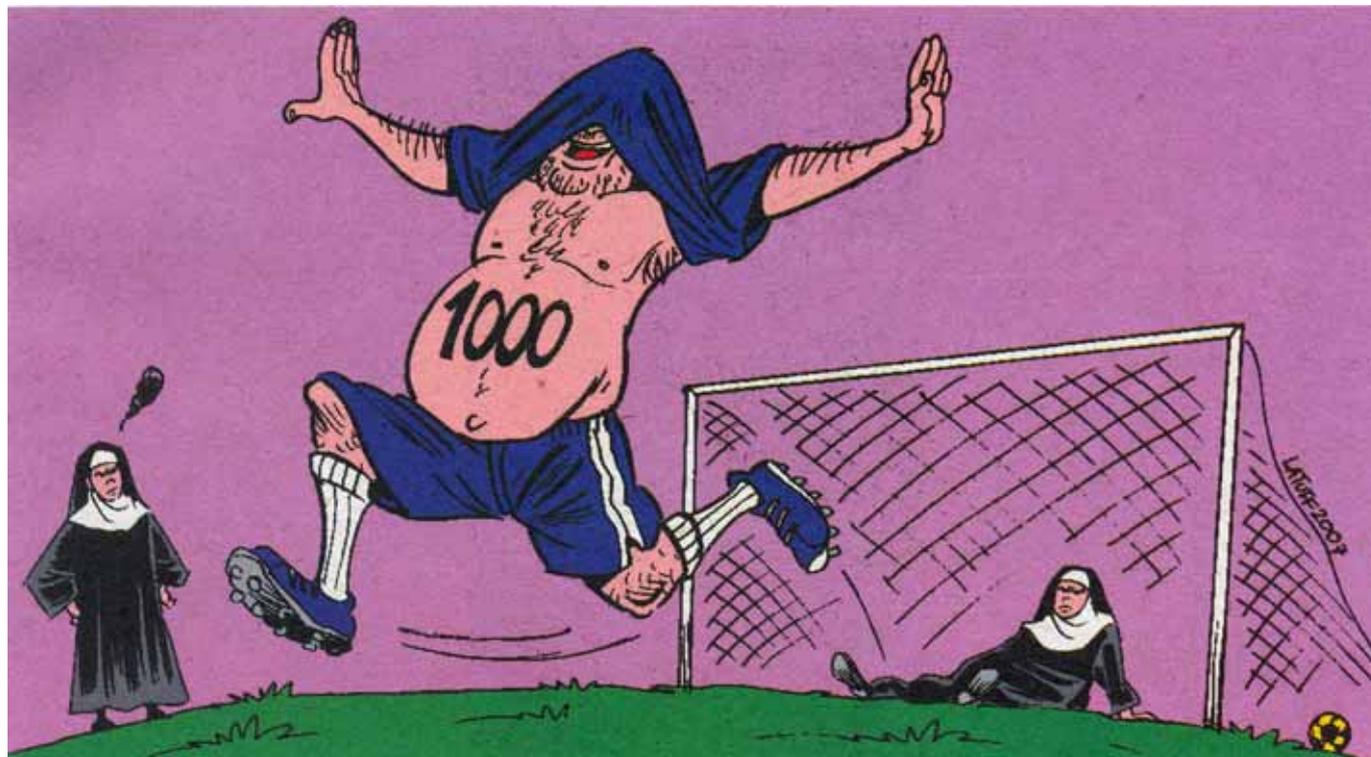
Neste momento é que o Oficial de Justiça, não raramente, se depara com a mais cruel das realidades. Pessoas vivendo sem dignidade, sem saneamento básico, doentes, que, por prescrição médica, deveriam fazer uso de medicamentos que não são fornecidos pela rede pública, vivendo do assistencialismo de amigos, parentes e de entidades religiosas.

Apesar de o indivíduo requerente viver nas condições acima relatadas, frequentemente, tem o seu pedido de benefício negado pelo INSS, que é o responsável pela gerência e operacionalização do benefício assistencial de prestação continuada, não lhe restando outro caminho que não a busca da tutela jurisdicional.

Diante desse quadro o trabalho do Oficial de Justiça torna-se importantíssimo, enquanto verificador *in loco* das condições de vida daquele que, ao ter o seu pedido negado pelo INSS, busca do Estado a prestação de uma assistência mínima, por meio do Poder Judiciário. Trabalho este que servirá como elemento de convicção do juízo quanto à condição de miserabilidade do autor, permitindo o afastamento do critério objetivo de miserabilidade do §3º, do art. 20, da Lei 8742/93, e que, por meio do deferimento da tutela jurisdicional, estará dando efetividade ao Princípio da dignidade da pessoa humana e aos incisos do art. 3º da CF ■

*Oficial de Justiça da SJRJ.

Eu também vou comemorar o Gol Mil



Depois que vi toda a turba ignara a contestar, por pura inveja, a iminência do gol 1000 do sexagenário jogador Romário, decidi entrar de sola a favor do genial baixinho e dizer que também estarei apto a comemorar o milésimo. Isto de contestar é coisa de jornalista invejoso. Qual o problema de Romário ter contado em seus gols os feitos pelo infantil, os das seleções amadoras, os de jogos que não existiram, os de amistosos contra rodoviários, ambulantes e associações de mães solteiras? Além de ter incluído umas peladinhos nos fins-de-semana com os amigos?

Problema nenhum! Vamos deixar destes rigorismos que só impedem que mais pessoas, assim como o baixinho, possam comemorar seus milésimos gols. Vamos socializar os milésimos gols e pedir a mesma cobertura que a Globo está dando aos fatos.

Eu também fiz minhas contas e vou comemorar quase na mesma data que o baixinho. Atualmente estou, pelas minhas contas (se a velhice não estiver me atrapalhando), com 983 gols, faltan-

do apenas 17 para completar os 1000.

Vamos às contas:

Em desafios de gol a gol, eu fiz 125 gols.

Em peladinhos de rua, foram mais 253 (com três unhas do pé perdidas), isto já soma 378.

Em jogos na época da Copa do Mundo, de meninos contra meninas, fiz uns 52 gols (já chegamos a 428).

Em campeonatos do colégio, mais 5 (bem, estamos em 433).

Napelada de fim-de-ano, casados contra solteiros, todo mundo chapado, bebim, bebim, mais 70 (já chegamos a 503).

Num campeonato contra o time de cegos do Benjamim Constant eu marquei 57 gols. Já chegamos a 560 gols.

Jogando partidas duríssimas contra o time do asilo, *Há vida depois dos 80 anos*, foram mais 88 gols. Estamos em 643.

Também fiz muitos gols em confraternização do jardim-de-infância e do primário, das escolas dos meus sobrinhos e primos (lógico que não vou perder uma oportunidade destas), cerca de 200... o que dá 843 gols...

Cerca de 40 gols eu fiz em campeo-

nato de totó e jogo de botão, o que também é futebol, ainda que de mesa...

Bem, no total, como se pode averiguar, usando as mesmas prerrogativas e critérios rigorosos de Romário, o sexagenário, dá 983 gols...

Faltam 17 gols... Já estou marcando vários amistosos para comemorar o gol 1000. O time das freiras será o próximo grande desafio, depois o time dos doentes terminais, o time dos anões dublês e, se ainda assim, eu não conseguir igualar o baixinho, já mandei um ofício confirmando o jogo do meu grande escrete contra o time do jardim escola *Pequeno Príncipe* (quando subornarei o goleiro para completar os 1000 gols nesta data festiva).

Por isto, só posso agradecer ao baixinho. Obrigado, Romário, se você pode chegar, com critérios tão rigorosos, ao gol 1000, qualquer um pode. Chegar de invejar Pelé!

Gol 1000 para todos!

*Fulgêncio é alcoólotra, hipocondríaco e escreve de graça para esta página por falta de coisa mais útil para fazer.

Cultura é o nome da mocinha doente!

Basicamente a cultura pode ser definida como a passagem de valores de uma geração para a outra. A cultura é aquilo que é aprendido, apreendido, sentido e posteriormente vivido. Esses valores – arte, ritual, educação, religião, política, comportamento, comunicação – de um modo geral são positivos. Quando, porém, elementos puramente pecuniários interferem nessa harmonia temos uma arte medíocre a serviço do dinheiro e do poder e artistas que se transformam em bufões para servir a classe dominante. Há, é claro, aqueles que se julgam dominadores como canastrão Cruise, sua jovem mulher e seu ridículo casamento trilionário numa aldeia próxima de Roma. O fato de serem ricos não muda o fato de serem palhaços do esquema. A essência de uma coisa é aquilo que faz desta coisa ela mesma e não outra.. Com raras exceções, portanto, não podemos chamar de arte – música, pintura, literatura, poesia, dança, cinema, teatro, TV – algo que não é criação no sentido de humanizar mas obediência a uma política que vê no lucro material a razão de ser da vida. Fora eu religioso, já teria me dado conta de que Deus não fez o mundo para ser humilhado por suas criaturas.

Desde que o neoliberalismo agarrou-se como sanguessuga no cérebro das novas gerações temos apenas genéricos de arte com raras exceções. E essas existiram até mesmo na Idade Negra, caso contrário não teríamos Dante, pelo menos. A impressão que tenho, portanto, é que nossos jovens “artistas” em vez de aperfeiçoarem a tradição que receberam decidiram destruí-la para obedecer ao comércio que quer artes e artistas descartáveis como papel higiênico. Os últimos bons artistas em todos os setores, fiéis ao humanismo político e à sua arte estão ficando velhos. Logo deixarão de perturbar. Quando isso ocorrer poucos se lembrarão dos Anos de Ouro da arte e cultura brasileiras. Já terão aceitado como



axioma os Anos de M...

Há salvação? Alguns visionários usam as armas da modernidade para aprimorar o ser humano. O Ministério de Educação tem site – www.dominiopublico.gov.br – onde se pode ler todos os clássicos ocidentais e as melhores histórias em quadrinhos do mundo. Só de literatura brasileira são quase 800 obras. Pois bem, hoje fui informado de que o site será desativado por falta de público. Concordo: há os que não tem tempo, os milhões que não tem computador. Mas os outros. Eu respondo: as cuquinhas estão programadas para só aceitar besteiras. Daí o inferno de piadas, pornografia e comerciais dominando os computadores.

Um exemplo pessoal: há alguns anos a Editora Civilização Brasileira que destacou-se na luta contra a ditadura, era dirigida por meus amigos Enio Silveira, o último príncipe comunista e por José Salomão. Com a morte de Enio Salomão continuou editando os livros programados. Um deles foi a esplêndida bio-

grafia de Edmond Wilson escrita por um grande repórter e intelectual, Jeffrey Meyers. Salomão encarregou-me de traduzi-la o que me deu grande alegria, pois Wilson foi certamente o maior intelectual norte-americano do século passado. Poucas vezes dediquei-me com tanto afinco a uma tarefa Achava que seria importante para os brasileiros um contato maior com a vida de Wilson que os levasse aos seus livros e aos livros por ele discutidos. Passei quase um ano traduzindo e discutindo, pelo telefone, as dúvidas, por menores, que fossem, com Jeffries. Pouco depois, porém, a Civilização foi vendida e há alguns anos, o escritor e jornalista gaúcho Jean Scharlau, redator chefe do meu site na Internet, enviou-me três cópias do livro. Não quis aceitar, pois sabia que o preço de capa era cerca de 60 reais. Ele, porém, me disse quer havia comprado quinze exemplares a 5 reais a cópia num grande supermercado de Porto Alegre.

Chorei interiormente e logo um amigo me disse: “O que querias? Não existe mais público para isso e nem as editoras estão interessadas. O que vende são livros sobre metafísica, auto-ajuda, biografias de atletas e artistas, rituais, gnomos, misticismo e como vencer na vida de qualquer maneira que não dê muito trabalho.”

Para Gore Vidal que está vivo, foi contemporâneo de Wilson e não me deixa mentir, ele foi o maior pensador do século XX. E olhem que Vidal tem a si mesmo em altíssima estima e não distribui elogios como quem dá tapinhas nas costas. Um livro que certamente venderia várias edições nos anos 50, 60, 70. A partir daí a arte passou a ser tratada como uma meretriz e como não é uma meretriz também não é arte. Não fiquem tristes, pois logo lhes falarei sobre esse Dom Quixote baixinho, gordinho, beberrão e genial que foi Edmond Wilson. Se gostarem dele, quem sabe o encontrarão na prateleira entre um sabonete e uma pasta de dentes ■



DECISUM
ESTUDOS JURÍDICOS

PROGRAMAÇÃO 2007

CONVÊNIO(*) **SISEJUFE - RJ**

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

- **DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO**
- **DIREITO PÚBLICO**

ÊNFASE EM CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Duração do curso:
11 a 13 meses

Carga Horária:
360 hora-aula

Horário:
2as e 4as das 18:15 às 21:00

Início das aulas: **02 de Maio**

VALOR DO INVESTIMENTO

(*)14 parcelas de R\$ 190,00

CORPO DOCENTE

| | |
|-------------------|---|
| Alexandre Barenco | Advogado, Mestre em Direito |
| Aline Leporaci | Juíza do Trabalho, Especialista em direito. |
| Luiz Mourão | Advogado, Prof. CEPED/UERJ |
| Marcelo Moura | Juíz do Trabalho, Mestre em Direito |
| Marcelo Miller | Procurador da República, ex-diplomata |
| Marcos Dias | Juíz do Trabalho, Prof. da FGV |
| Patrícia Cardoso | Advogada; Mestre em Direito |
| Tarsis Nametala | Procurador Federal; Doutorando em Direito; Coord. IBMEC |

VERIFIQUE
AS DEMAIS
CONDIÇÕES
NO SITE

OUTROS CURSOS

ABRIL

- 28/04 ANALISTA DO TRF - TURMA AOS SÁBADOS

MAIO

- 11/05 CURSO DE EXECUÇÃO CIVIL E TRABALHISTA
- 18/05 GRUPO DE ESTUDOS E SENTENÇA TRABALHISTA
- 18/05 GRUPO DE ESTUDOS MPT

www.cursodecisum.com.br

Rua México 11 -BL B- Edifício Cívitas

Tels.: 2524-5464 / 2524-5465

Próx ao Metrô Cinelândia
Saída Sta. Luzia

Seguro de Automóvel Sul América

VIDA

SulAmérica

associada ao **ING** 

Associado da SISEJUFE

A Clymax Seguros em parceria com a SISEJUFE obteve condições exclusivas para seus associados na contratação de seguro de automóvel da Sul América Seguros.

Estas mesmas condições são extensivas aos seus familiares (cônjuge, pais e filhos), pela sua simples condição de associado.

O seu seguro poderá ser debitado em conta corrente ou pago por boleto bancário.

Peça um orçamento pelos tels. 2223-4036 / 4037 ou acesse o nosso site www.clymaxseguros.com.br

SISEJUFE

Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro
Filial à FENAJUFE e à CUT



Clymax Seguros

